

JOSÉ ESTEVES EVAGELIDIS

**O COLÉGIO CANADÁ
NOS ARQUIVOS DO DEOPS/SP**

Santos

Prefeitura Municipal de Santos - Secretaria de Cultura
Programa de Apoio Cultural 2011

2012

Para Flávia

Agradecimentos

Esse trabalho não seria concretizado sem os auxílios de várias pessoas e instituições. À Prefeitura Municipal de Santos, à Secretaria de Cultura e ao Programa de Apoio Cultural 2011 devo a possibilidade de concretizar a finalização do e-book, e à Fundação Arquivo e Memória de Santos a oportunidade de colocar o trabalho à disposição dos leitores. Ao Prefeito Municipal de Santos, João Paulo Tavares Papa, ao Secretário Municipal de Cultura, Carlos Pinto, e ao presidente da Fundação Arquivo e Memória, José Manuel Costa Alves, os meus sinceros agradecimentos.

Esse livro teve origem como dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos. O apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi fundamental, assim como o excelente atendimento de todos os funcionários do Acervo DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo, local onde foram realizadas as pesquisas.

À professora Fábila Liliã Luciano, primeira orientadora deste trabalho, agradeço pelo apoio incondicional ao tema da pesquisa, enquanto esta era apenas uma ideia. Aos professores Sueli Mazzilli e José Carlos Araújo Silva, a gratidão pelos valiosos caminhos apontados em aulas, conversas e na ocasião do exame de qualificação.

À professora Maria Aparecida Franco Pereira, orientadora final, sou profundamente grato pela paciência e dedicação a este pesquisador e sua dissertação. Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), sou grato pela prazerosa experiência que me proporcionaram de ser aluno e de aprender a descobrir, sempre, novas realidades. Concluir este trabalho teria sido, também, muito mais difícil sem o bom humor dos meus colegas de turma no curso, e sem a colaboração dos funcionários da Secretaria Acadêmica, Biblioteca e Livraria do Campus D. David Picão.

Devo um especial agradecimento à professora Suely Maia, secretária de Educação da cidade de Santos, pela compreensão e apoio que tornaram possível essa jornada de estudos e sua conclusão.

Aos professores Luiz Carlos Barreira e Maria Antonieta Antonacci agradeço pela criteriosa argumentação na defesa da dissertação, com apontamentos que melhoraram em muito o texto final do trabalho.

À Flávia dedico todo o meu amor, pela paciência e doçura com que atravessou os meses de dificuldades e alegrias proporcionadas durante a construção da pesquisa e sua finalização.

SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Nº 5
AID	<i>Agency for International Development</i>
ALN	Aliança Libertadora Nacional
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CES	Centro dos Estudantes de Santos
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIE	Centro de Informações do Exército
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPC	Centro Popular de Cultura
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEB	Força Expedicionária Brasileira

INTERPOL	<i>International Police</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OBAN	Operação Bandeirantes
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SNI	Serviço Nacional de Informações
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UMES	União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
UMESP	Universidade Metodista do Estado de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos

UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO DA PESQUISA	
1.1. A Educação no Brasil durante o Estado Militar.....	23
1.2. O Colégio Canadá.....	34
CAPÍTULO 2 – O ACERVO DEOPS/SP	
2.1. Breve história do DEOPS/SP.....	46
2.2. Histórico do Acervo DEOPS/SP.....	49
2.3. A série “Dossiês”.....	52
2.4. A família 50.....	57
CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	
3.1. Procedimentos metodológicos.....	63
3.2. Os documentos relativos ao Colégio Canadá no Acervo DEOPS/SP.....	66
CONSIDERAÇÕES	81
FONTES	89
REFERÊNCIAS	90
ANEXO I – CÓPIAS DE DOCUMENTOS	
ANEXO II – RECOMENDAÇÕES PARA O ACESSO UNIVERSAL AOS DOCUMENTOS – PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS	

INTRODUÇÃO

A década de 60 do século XX no Brasil iniciou uma fase de supressão das liberdades públicas que permeou toda a sociedade e se tornou um período importante também na História da Educação brasileira. Este período compreende uma época de luz e sombra, que vai de meados dos anos 60 até o fim dos anos 70, contexto histórico que inclui o golpe militar de 1964 e o começo do processo de abertura política, em 1979.

Os anos iniciais da década de 60 do século passado foram significativos em relação à atuação dos alunos secundaristas que participavam ativamente dos movimentos estudantis, inclusive no Colégio Canadá, de Santos, objeto deste estudo. Nesta época, o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade, pois a cultura jovem se tornou a matriz da revolução cultural, no mais amplo sentido de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e as artes (HOBBSAWM, 1996).

Em maio de 1968 a revolução cultural protagonizada pelos jovens de várias partes do mundo atingiu o seu ápice. Em Paris, estudantes que mal haviam saído da adolescência queriam dominar o presente, não se contentando em esperar pelo futuro: “Movida por uma até hoje misteriosa sintonia de inquietações e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária” (VENTURA, 1988, p. 43).

No Brasil, os jovens também ensaiavam a sua tomada do poder e perseguiram seu sonho. Ter menos de 30 anos em 1968 era um atributo, pois

Pelé, aos 28 anos, era bicampeão mundial, preparava-se para o tricampeonato e já era o maior jogador de futebol do mundo; Glauber Rocha, com 29 anos, já tinha fama internacional graças aos filmes “Deus e o diabo na terra do sol” e “Terra em transe”; Chico Buarque e Caetano Veloso, aos 24 e 26 anos, já estavam na galeria dos maiores compositores brasileiros; Roberto Carlos tinha 25 anos e já era rei; Elis Regina e Gal Costa tinham 23 anos; Nara Leão, 26; Maria Bethania, 22. Além deles, alguns jovens de nomes ainda desconhecidos – Vladimir, Travassos, Muniz, Franklin, Jean-Marc, José Dirceu – logo iriam virar o país pelo avesso, por meio do movimento estudantil (VENTURA, 1988).

Minha história de vida, como estudante, está diretamente ligada ao Colégio Canadá, onde vivi da primeira série do primeiro grau à última do segundo grau, concluído em 1984. Durante 11 anos o referido colégio fez parte da minha formação. Uma história rica e inesquecível está na minha memória, lembranças de professores, colegas e uma trajetória de participação estudantil nos anos 80, engajada o suficiente para conseguirmos que o prédio da escola fosse restaurado pela Secretaria Estadual de Educação, pois estava em condições precárias.

Após a conclusão do ensino médio, graduei-me em Comunicação Social pela Universidade Metodista de Ensino Superior (UMESP), de São Bernardo do Campo. Em duas décadas de profissão como jornalista tive várias experiências, e uma das que mais gostei foi exercer a docência em cursos de Comunicação no Ensino Superior, da coordenação de cursos livres, oficinas e eventos ligados à educação e formação de público para as mídias audiovisuais em diferentes instituições públicas e privadas. O gosto pelo ensino me levou a

querer aprimorar as qualificações como docente, atividade paralela e ao mesmo tempo complementar à de jornalista.

Decidi, então, cursar o Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), na linha de pesquisa “Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão”, que investiga as instituições educacionais em diferentes sistemas e configurações em sua dimensão histórico-social, com ênfase na história, memória e cultura destas instituições.

Mas qual tema abordar? Se carecia de dúvida o fato de que jornalismo, história e memória estão intimamente ligados, faltava ainda delimitação do assunto a ser abordado. Pela minha história de vida, o Colégio Canadá se apresenta como objeto primeiro do tema da pesquisa. Não tenho, no entanto, a pretensão de contar a história de minha geração. Prefiro o distanciamento crítico, pesquisar épocas anteriores àqueles anos que tanto me marcaram. A periodização escolhida para esta investigação recorta o contexto histórico que inclui o golpe militar de 1964 e o início do processo de abertura política, iniciado em 1979.

Sobre o ano de 1964, que acabou se tornando símbolo da era da ditadura militar em nosso país, podemos dizer que:

[...] apesar de não ter representado um instante de absoluta “quebra” na história brasileira, constituiu-se num momento de ruptura política que produziu uma completa reorganização dos aparelhos políticos do Estado, em função dos objetivos que ele deveria realizar para atender aos interesses que determinariam seu modo de ser (FAZENDA, 1988, p. 55).

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)¹ foi criado em 1924 e exerceu, até a sua extinção em 1983, as funções de uma polícia política, vigiando, controlando e reprimindo setores e cidadãos envolvidos em projetos políticos alternativos aos implementados pelo poder vigente. Neste exercício de dominação, usou de práticas violentas e ilegais, métodos amparados na legislação, como a instauração de inquéritos policiais, e da produção e arquivamento de informações sobre cidadãos considerados “perigosos” para a ordem estabelecida (ARAÚJO et alli, 2001). Essa vigilância ao cidadão, visto *a priori* como “suspeito”, se dá com particular intensidade a partir do golpe militar de 1964, e é realizada também entre alunos e professores do Colégio Canadá.

A opção em encerrar o período a ser pesquisado no ano de 1979 se justifica por ser quando se inicia o processo de abertura política no Brasil, com a edição da lei da anistia política, sancionada em 28 de agosto daquele ano, e a ausência, no acervo pesquisado, de documentos relativos ao estabelecimento de ensino com datas de arquivamento posteriores ao ano de 1978.

A partir da definição do tema foi possível enunciar a problemática de pesquisa:

Qual o olhar do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) sobre o Colégio Canadá, entre os anos de 1964-1979?

¹ Ao longo deste trabalho, adotamos a última sigla do órgão repressivo – DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

Para chegar a uma resposta, a metodologia investigativa privilegiou a pesquisa histórica, tomando como fonte os documentos relacionados ao período da ditadura militar no Brasil. Os respectivos documentos encontram-se nos Arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que atualmente fazem parte do acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), onde estão vários documentos sobre atividades e pessoas relacionadas ao Colégio Canadá, com considerável valor histórico como fonte de pesquisa para este trabalho.

Esse acervo está acessível via Internet desde o ano de 2008, quando foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre 28 instituições, incluindo o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional, para a implantação de uma política pública de integração em rede de acervos e instituições. Com tal propósito, foi idealizado o banco de dados *Memórias Reveladas*², alimentado *online* pelas instituições parceiras, constituído por informações dos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), acervos de militantes e outras instituições que retratam a luta política no país entre 1964-1985. Também integra o banco de dados o conjunto documental que está sob a guarda do Arquivo Nacional, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Comissão Geral de Investigações (CGI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Dentre a documentação sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, podem ser acessadas digitalmente cerca de 400 mil fichas remissivas de dossiês pertencentes ao Acervo Geral do

² O projeto "Memória Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985" tem a coordenação do Arquivo Nacional e objetiva elaborar bancos de dados com informações dos arquivos participantes, disponibilizando pela Internet os registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil durante a ditadura militar.

DEOPS, bem como 2.500 dossiês produzidos pela Delegacia Especializada de Ordem Social e 1.500 dossiês oriundos da Delegacia de Ordem Política.

Pesquisa realizada no APESP entre abril de 2010 e maio de 2011 encontrou 27 documentos sobre o Colégio Canadá e o Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, datados entre os anos de 1966 e 1978. Tais documentos tratam de variados assuntos, como relatórios sobre eleições no Grêmio e peças encenadas no anfiteatro da escola, além de sindicâncias sobre atividades supostamente subversivas realizadas por alunos.

A totalidade dos documentos referentes ao Colégio Canadá encontrados pertence à chamada série “Dossiês” do acervo DEOPS/SP, formada por 1.100.000 fichas remissivas e por 9.626 pastas codificadas, com documentos produzidos a partir dos anos 40 e cuja produção se extingue a partir do término do órgão, em 1983. Com cerca de dois milhões de documentos armazenados, a série “Dossiês” tem como característica um complexo código alfanumérico que acompanha suas pastas, bem como uma extrema variedade documental. Outra característica importante desta série é que a maior parte de seus documentos abrange o regime militar, a partir de 1964 até a extinção do órgão em 1983 (AQUINO, 2002).

Entre os anos de 1983 e 1991, este acervo foi guardado pela agência paulista da Polícia Federal, organismo subordinado ao Ministério da Justiça Federal. Em 1991, com o Brasil devolvido ao “Estado de Direito”, elaborada uma nova Constituição (1988) e eleito diretamente, desde 1964, o primeiro presidente da República, o acervo DEOPS/SP foi entregue à guarda da

Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, que o destinou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje.

Entre 1991 e fins de 1994, os documentos pertencentes ao acervo somente puderam ser consultados por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Regime Militar e por cidadãos interessados em conhecer o material que o órgão possuía armazenado sobre sua própria pessoa, direito garantido pela Constituição de 1988, sob a denominação de *habeas data* (“tenhas tua informação”). No entanto, neste período, os pesquisadores acadêmicos e os jornalistas não tiveram acesso à documentação.

Em 1994, uma comissão nomeada pelo governo estadual, formada por historiadores, arquivistas, juristas, representantes governamentais e entidades de defesa dos direitos humanos recomendou a abertura total do acervo à consulta pública mediante a assinatura de um termo de compromisso, no qual o pesquisador se responsabiliza pelo uso e difusão da documentação consultada. A sugestão foi acatada pelo Governo do Estado, e desde então qualquer consulente pode pesquisar o Acervo DEOPS/SP.

Sob a denominação de documentos “de polícia”, essa extensa variedade de fontes foi acumulada durante o período Republicano no Brasil, oportunizando desta forma o seu conhecimento por meio da exploração, manuseio, tratamento, análise, comunicação e ciência dessas informações para as gerações póstumas.

Logo, os acervos do DEOPS que foram recolhidos aos arquivos públicos estaduais durante a década de 1990 merecem destaque, pois recentemente tais arquivos vêm sendo:

[...] intensamente pesquisados, revelando os bastidores da ação repressiva do Estado [...] O denso material, constituído de fichas de arquivo e de prontuários por indivíduos ou por pessoa jurídica – sindicatos e partidos, entre muitos outros – tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques (BACELLAR, 2006, p. 32).

A opção de ter como objeto de estudo o Colégio Canadá se justifica pela própria história da instituição. Criada por decreto em agosto de 1934, a escola passou a funcionar em fevereiro de 1935, em lugar provisório, sendo o primeiro ginásio estadual da cidade de Santos e também da Baixada Santista.

Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santos, foi construída sua sede própria e inaugurada oficialmente em 28 de agosto de 1937, em terreno doado pela companhia canadense *The City Improvement Company LTD of Santos*, concessionária de serviços de água, luz e bondes da cidade. Desta forma, surgiu o nome de Colégio Canadá para a escola que antes se chamava *Gymnasio do Estado*.

Durante décadas a instituição se destacou pela qualidade de ensino. Pelo “Canadá” passaram gerações que despontaram nas mais variadas áreas de conhecimento, tornando o colégio um símbolo na História da educação em Santos e na região. Portanto, o desenho desse símbolo durante o período da ditadura militar se manifesta como questão de pesquisa, com o intuito de reconstituir tanto a memória individual quanto coletiva, na relação com a

família, amigos, profissões e instituições, entre outras instituições ou grupos sociais.

Foi durante a década de 1960 que o Colégio Canadá passou a ser considerado um dos maiores do estado e até do país, com 112 classes em funcionamento e com mais de uma centena e meia de funcionários. No colégio também havia o espaço destinado aos alunos, denominado Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho”. Contava com uma diretoria composta de 20 membros, que buscavam promover eventos sociais, esportivos e culturais, envolvendo os alunos da escola e a comunidade.

No início dos anos 1970 a instituição mantinha os cursos de Pré-Primário, Primário, Ginásial, Colegial, Normal, Especializado em Educação Pré-Primária e de Administradores Escolares. O número de alunos chegava a 5.500, entre crianças e jovens de ambos os sexos, e o número de funcionários era de cerca de 160, entre professores secundários e primários, orientadores educacionais, professores-inspetores, preparadores, inspetores de alunos, diretor, diretor do Primário, assistente do diretor, secretário, dentista, escriturários e serventes.

É conveniente destacar que no período estudado a cidade de Santos, devido à importância estratégica de seu porto e das lutas de seus trabalhadores, foi seriamente atingida pela ditadura:

Golpeada de modo particular em 1964 e novamente em 1969, a cidade perdeu parte da misteriosa alquimia resultante da combinação de brilho, ousadia, originalidade e espírito de resistência que sempre a caracterizou. Mais que irreversíveis danos políticos e econômicos, a opressão comprometeu a identidade cultural e social de Santos e do seu povo, e os

jovens foram as suas maiores vítimas, pelo que não sabem (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p.4).

Portanto, levantar e analisar as informações contidas nos documentos referentes ao período da ditadura militar, em busca do olhar do DEOPS/SP sobre o Colégio Canadá e as pessoas investigadas se constitui o principal objetivo deste estudo. Além disso, acreditamos que o ineditismo do assunto em relação à instituição, bem como dos documentos investigados e sua análise contextual, justificam a presente pesquisa.

Localizamos três trabalhos acadêmicos que tiveram como tema o Colégio Canadá. Dois foram dissertações de Mestrado, realizados no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), em 2007 e 2009: “Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 50 e 60”, de Evani Magalhães Arantes Correa, que tem como tema a participação estudantil na instituição durante o período citado, e “Colégio Canadá: memória dos professores na voz dos alunos (1934-1962)”, de André Luiz Meirelles, que estuda o “Canadá” como uma das mais tradicionais escolas públicas de Santos, por meio de depoimentos e análise da cultura e prática escolares. O terceiro é um trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História da UNISANTOS, escrito no ano de 2000. “Memórias dos 66 anos da Escola Estadual Canadá”, de Angélica Arcanja Vieira, dedica-se a relatar a história da instituição.

Para dialogar com os dados coletados foi contemplado o modelo dialético, onde se incorpora o caráter sócio-histórico da realidade social,

compreendendo o ser humano como transformador e criador de seus contextos (FRANCO; GHEDIN, 2008).

Nesse sentido, um conhecimento sobre Educação que se pretenda rigoroso e científico não pode:

[...] deixar de levar em consideração as forças de opressão e de dominação que atuam na rede das relações sociais, que faz da sociedade humana uma sociedade política, hierarquizada e atravessada pelo poder de dominação. Todo conhecimento que tem a ver com a educação não pode deixar de enfrentar, de modo temático explícito, a questão do poder, elemento que marca incisivamente toda expressão concreta da existência humana (SEVERINO, 2001, p. 19).

Ainda nessa direção, Severino (2001) defende a idéia de que o modelo dialético tem se mostrado mais fértil em dar conta dos problemas políticos e pedagógicos na pesquisa educacional, contando com os subsídios das ciências sociais, como história, antropologia, sociologia, política, economia.

Este trabalho de investigação buscou, ainda, fundamentação teórica em Bardin (2009) e Le Goff (2003). A escolha desses autores se justifica pela característica do trabalho, que visa compreender a visão de um órgão repressor oficial durante determinado período da história de uma instituição escolar, por meio da análise de conteúdo dos documentos encontrados.

O tratamento e análise das informações constantes dos documentos pesquisados foram feitos por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, na definição adotada por Laurence Bardin. Tal análise envolve o conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos e a busca de seus significados. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores

significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais.

Referindo-se à análise de conteúdo, Bardin aponta para sua condição de hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (BARDIN, 2009). É uma prática que auxilia o pesquisador a superar intuições ou impressões precipitadas e abre possibilidades para o descobrimento de significados invisíveis à primeira vista, e é nessa prática que se consolidam os procedimentos de análise.

O presente trabalho é composto de introdução e três capítulos, além das considerações finais, referências e anexos, distribuídos da seguinte forma:

O *Capítulo 1* aborda o cenário da pesquisa, por meio da descrição da Educação no Brasil entre os anos 1964-1979, além de um histórico do Colégio Canadá, inserindo a escola e a cidade de Santos no período estudado.

O *Capítulo 2* se dedica a descrever a história do DEOPS/SP e de seu acervo, bem como a forma de organização de seus documentos, notadamente os pertencentes à série “Dossiês”, que é a que possui o maior volume de material referente ao período do regime militar.

O *Capítulo 3* apresenta os procedimentos metodológicos da investigação, bem como a descrição dos dados coletados. É discutida neste capítulo, ainda, a análise dos dados, buscando estabelecer as conexões, mediações e contradições dos elementos que estiveram associados à problemática pesquisada, estabelecendo as relações entre a parte e a totalidade desta problemática.

As *Considerações* têm o caráter de estabelecer a síntese da investigação, visando à exposição das “múltiplas determinações” que explicam a problemática investigada, repondo-se o ciclo da práxis, onde o conhecimento ampliado permite uma ação mais consequente, que por sua vez vai tornando o conhecimento expandido base para uma nova ampliação (FRIGOTTO, 2008).

Por fim, nos *Anexos* podem ser vistas cópias dos documentos encontrados no acervo DEOPS/SP, que apresentam boas condições de legibilidade e permitem ao leitor perceber a forma como o órgão de repressão produzia suas informações, atentando sempre para o fato de que documento algum é neutro, pois sempre carrega consigo a opinião do órgão que o escreveu (BACELLAR, 2006).

Os anexos trazem, ainda, um documento produzido no seminário “Arquivos da Ditadura e Democracia: a Questão do Acesso”, realizado em maio de 2010 no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. São recomendações para o acesso universal aos documentos recolhidos nos arquivos de polícia política em todo o Brasil, já que somente os estados de São Paulo e Paraná adotam a prática de pleno acesso à documentação.

CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta um breve olhar histórico sobre a situação educacional no Brasil, dos anos 1964 a 1979, com o objetivo de contextualizar a pesquisa. Descreve, ainda, a história do Colégio Canadá, procurando inserir a instituição no cenário dos eventos políticos e sociais que se desenrolavam no Brasil e na cidade de Santos, durante o período estudado.

1.1 – A Educação no Brasil durante o Estado Militar: um breve olhar

O Estado Militar governou o Brasil através de uma ditadura por 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964, com o golpe que depôs o presidente João Goulart e terminou com a eleição (indireta, via Colégio Eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney, em janeiro de 1985. Antes disso, em 1979, o presidente militar Ernesto Geisel iniciava emblematicamente o processo de abertura política no país, com a edição da lei da anistia política, sancionada em 28 de agosto daquele ano.

A experiência democrática que vinha ocorrendo desde 1946, com a queda do Estado Novo, começou a ser encerrada por setores conservadores da sociedade brasileira, que acusavam o presidente João Goulart de comunista e de estar tramando a implantação de um regime “pró-soviético” no país. Somou-se a esse clima uma crise econômica provocada por uma alta inflação,

e o regime militar, com apoio da sociedade civil, se instaurou no poder. No entanto, aos poucos os militares se desgarraram das forças sociais civis que possibilitaram o golpe de 1964, e passaram a governar o país por meio de uma burocracia que não satisfazia, em determinados momentos, interesses de nenhum setor social mais amplo. Tal forma de governo atingiu também a política educacional, mais propriamente nas reformas do ensino universitário e do ensino médio, editadas nas Leis 5.540/68 e 5.692/71.

No início dos anos 60 diferentes grupos de ação pedagógica desenvolveram experiências em comum e, com algumas diferenças de fundo entre um e outro, pensaram e praticaram o que mais tarde viria a ser chamado de “teoria da Cultura Popular”. Carlos Rodrigues Brandão aponta os mais significativos do período:

A “Ação Popular” foi um partido político, originado em parte por iniciativa de cristãos militantes da Ação Católica. O “Centro Popular de Cultura” foi criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e representava um movimento típico do estudantado universitário brasileiro. Os “Movimentos de Cultura Popular” envolveram também um número muito grande de estudantes, de artistas e de outras categorias e de outras categorias de intelectuais participantes. Eles possuíam uma dimensão municipal ou estadual, e entre todos o mais atuante foi o de Recife, em Pernambuco, de que participou o professor Paulo Freire, cuja equipe pioneira de experiência de alfabetização foi constituída dentro do “Serviço de Extensão Universitária” da então Universidade do Recife. O “Movimento de Educação de Base”, o único que conseguiu atravessar os acontecimentos políticos de 1964 a 1968, foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e entregue a uma direção de leigos remanescentes em maioria à Ação Católica. Finalmente, a Campanha “de Pé no Chão também se Aprende a Ler” foi desenvolvida na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte (1985, p. 15).

O Programa Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, criou um método de alfabetização que alcançou repercussão nacional e internacional, baseado na adequação do processo educativo às características do meio. Esse período também foi fértil, como observado acima por Brandão, em relação à atuação dos estudantes secundaristas que participaram intensamente dos movimentos estudantis e dos Centros Populares de Cultura (CPCs), os quais envolviam programas de alfabetização de adultos, movimentos populares, praças de cultura e outras atividades. Os CPCs tinham como objetivo favorecer a conscientização, politização e organização do povo. No entanto, com a tomada do poder pelos militares, em 1964, esses programas foram extintos e seus coordenadores acusados de subversão, presos e exilados.

Antes do golpe militar a educação no Brasil se tornou elemento-chave do desenvolvimento nacional, e o ensino técnico e profissional era bastante incentivado para atender ao desenvolvimento cultural e tecnológico do país. A educação surge como um meio eficaz para se atingir o desenvolvimento, e o Estado passa a fazer uso indiscriminado de seu poder para intervir nas transformações do sistema educacional. Os meios de que o Estado se serviu para assegurar essa hegemonia em educação foram a criação do Conselho Federal de Educação em 1962, a atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a vinculação a organismos estrangeiros como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), baseando-se sobretudo nos compromissos da *Carta de Punta del Este*,

responsável pela assinatura de uma série de acordos entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for International Development* (AID). Nesses primeiros anos da década de 60 havia um clima de agitação social, provocado por uma série de contradições e radicalização entre a ideologia política (nacionalismo) e o modelo econômico vigente, gerando um impasse que teve como consequência o golpe militar de 1964 (FAZENDA, 1988).

A parceria entre o MEC e a AID somaram 12 acordos, firmados entre junho de 1964, já sob o governo militar, e janeiro de 1968. Ficaram conhecidos como “os acordos MEC/USAID”, que atingiram todo o sistema de ensino vigente na época, além do controle da publicação e divulgação dos livros didáticos. Na prática, o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID, entretanto pagos pelo governo brasileiro.

Sobre os acordos, afirma Fazenda:

Esses acordos, embora de forma implícita, constituíram-se em modelos para a remodelação do ensino. Entretanto, esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, embotando todo o sistema educacional já que este estava amarrado e financeiramente dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos (1988, p. 63).

Foi nesse clima de impedimento de execução de uma educação brasileira por brasileiros que surgem os movimentos estudantis, contrários à política do governo. É a chamada crise estudantil e a “caça” aos docentes. Em outubro de 1964 o governo reestruturou a representação estudantil, eliminando a antiga estrutura de representação nacional, através da Lei 4.464,

conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, então ministro da Educação. A lei determinava que a representação estudantil se limitasse ao âmbito de cada universidade, e com isso eliminou-se a coordenação nacional do movimento estudantil levada a cabo pela União Nacional dos Estudantes, que havia alcançado uma força política considerável, nos anos anteriores ao regime militar (ROMANELLI, 2009).

Além disso, o decreto-lei 252/67 vetou a ação dos órgãos estudantis em qualquer manifestação político-partidária, racial ou religiosa, bem como apoiar ou insuflar movimentos grevistas dos estudantes. Os movimentos, porém, continuaram clandestinamente, deixando de ser movimentos estudantis propriamente ditos, para se tornarem movimentos políticos marginais.

Com a clandestinidade, surgiram também os denominados atos terroristas, sufocados pelo governo através do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. O ato tirava do cidadão brasileiro todas as garantias individuais, públicas ou privadas, assim como concedia ao presidente da República plenos poderes para atuar como legislativo e executivo. Diretamente relacionado à Educação, o decreto-lei 477, de fevereiro de 1969, aplicava-se a todo corpo docente, discente e administrativo das escolas, proibindo qualquer manifestação de caráter político ou de protesto.

Sobre a atuação do governo militar, afirma José Willington Germano:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado se caracteriza pelo elevado grau de autoritarismo e violência. [...] O autoritarismo se traduz, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela

exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política (1990, f. 62).

Ao fim do último ano do governo Geisel, em 1979, os números do regime militar de 1964 contavam cerca de 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelas prisões políticas, 245 estudantes expulsos das universidades por força do decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

É importante frisar que, na evolução histórica brasileira, o meio estudantil serviu de caldo de cultura para a fermentação do sentimento nacionalista frente à dominação colonial, impulsionou as lutas pela Abolição e pela República e tomou parte em todas as grandes viradas políticas vividas pelo país no século XX.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) foi fundada em 1937, e a partir daí se tornou um símbolo e entidade maior das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões do ensino como as guiadas por motivações políticas, como as lutas em defesa da democracia e contra as ditaduras. Em seguida, foram criadas as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), para coordenar as entidades nos estados, e nas faculdades nasceram diretórios, grêmios e centros acadêmicos.

No período anterior ao golpe de 1964, a UNE desempenhou papel expressivo na conjuntura de crescimento das lutas nacionalistas e das campanhas em prol das reformas de base. Na crise de agosto de 1961, por exemplo, quando os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-

presidente João Goulart, em substituição ao renunciante Jânio Quadros, a UNE transferiu prontamente sua sede nacional do Rio de Janeiro para Porto Alegre, juntando forças com a mobilização em defesa da legalidade constitucional acionada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola.

Nesta mesma época, a UNE lançou os Centros Populares de Cultura (CPCs), que em atividade por todo o país, disseminaram músicas, peças de teatro, poesias e outras modalidades de arte, além de programas de alfabetização de adultos, com mensagens em defesa do nacionalismo e da justiça social (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Tal atividade fez com que a UNE fosse um dos alvos das forças empenhadas na agitação a favor de um golpe de Estado, e em primeiro de abril de 1964 a sede da UNE, na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi ocupada, saqueada e incendiada pelos golpistas, por meio de uma organização paramilitar chamada Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A repressão desencadeada em abril, ainda que sem alcançar o nível verificado em outras áreas, foi suficiente para deixar paralisada a luta dos estudantes por algum tempo, sob o olhar perplexo dos seus aliados do último período: o Movimento Sindical, a Frente Parlamentar Nacionalista, militares identificados com os propósitos das reformas e as sementes de um clero progressista que se desenvolvia cada vez mais.

Foram três anos de lenta e permanente retomada das atividades, até que, em 1968, através de uma onda mundial de manifestações estudantis que atingiram centros tão diversos como Paris e Praga, o movimento estudantil

saltaria para ocupar, no Brasil, o primeiro lugar nas mobilizações de protesto e manifestações contra o governo.

Já em 1965, os estudantes lograram realizar um plebiscito entre as escolas do Rio de Janeiro, que repudiou o decreto baixado pelo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, tentando extinguir a UNE e substituí-la por um Diretório Nacional dos Estudantes, atrelado ao regime.

Em 1966 a UNE conseguiu realizar clandestinamente, em Belo Horizonte, o seu 28º Congresso Nacional, repetindo o feito no ano seguinte, em Valinhos (SP). Ambos os eventos foram divulgados de forma a desmoralizar abertamente as proibições e ameaças feitas pelas autoridades.

Em setembro de 1966, pela primeira vez desde o advento do regime militar, os estudantes ganharam as ruas com manifestações no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e outras capitais, culminando com um Dia Nacional de Protesto, realizado no dia 22 daquele mês. O episódio ficou conhecido como “setembrada”, e trazia uma mistura de reivindicações específicas da área do ensino, como a defesa da UNE, do ensino gratuito, da autonomia universitária, da não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos, com denúncias políticas de toda ordem, reunidas sob a frase “Abaixo a Ditadura”.

Em 28 de março de 1968, foi morto no Rio de Janeiro o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, sob disparos efetuados por policiais que reprimiam uma manifestação pacífica em defesa do restaurante universitário “Calabouço”, prestes a ser fechado. Seguiram-se manifestações de protesto em todo o país, com choques e repressão policial se repetindo em

todos os estados. No Rio de Janeiro, no dia 25 de junho, foi realizada uma passeata com 100 mil pessoas, que condenavam o assassinato do estudante Edson e também a política econômica de 1964, além das inúmeras medidas restritivas de liberdade de manifestação. O evento ficou conhecido como “a passeata dos cem mil”. O movimento estudantil funcionava, assim, como principal porta-voz do descontentamento da sociedade frente ao regime militar.

Em 12 de outubro de 1968, centenas de estudantes de todo o país foram presos numa propriedade rural em Ibiúna (SP), na tentativa de organizar o 30º Congresso da UNE. A operação foi comandada pelo Coronel Erasmo Dias, aluno das primeiras turmas do Colégio Canadá, e está assim relatada por Elio Gaspari:

Ibiúna terminou como era de se supor. A polícia sabia local, dia e hora da reunião. Cercou-a com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus. O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial, que se transformou em mola para jogar na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de 30 anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna (2002, p. 325).

Tomava força, então, no Brasil, a argumentação dos que consideravam esgotadas as possibilidades de conquistar a democracia por meios pacíficos, e a maioria das organizações que se lançaram à luta armada contra o Estado recrutou os seus militantes especialmente no meio universitário.

A radicalização do quadro político se acelerou até a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. De 1969 em diante o que se registra é, então, uma nítida regressão das manifestações estudantis, e um incremento das ações clandestinas e das operações armadas. O movimento estudantil só recomeçaria a despertar depois de 1974, ocorrendo em 1976 as primeiras manifestações de rua que serviram para reacender a participação estudantil rumo à reconstrução da UNE, e no rastro desses anos repressivos ficaram os corpos de vários líderes estudantis mortos à bala ou sob torturas pelos órgãos de repressão, nas capitais ou em áreas distantes como o Araguaia (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

As idas e vindas políticas dos vinte e um anos de Ditadura Militar se deram em três etapas. A primeira correspondeu aos anos dos governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969); a segunda etapa abrangeu o governo da Junta Militar (de agosto a outubro de 1969, com o afastamento de Costa e Silva por motivo de doença) e do general Garrastazu Médici (1970-1974) e, finalmente, o terceiro momento foi o dos governos dos generais Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo (1975-1985).

Sobre a política educacional do Estado brasileiro na época do regime militar, antes de qualquer análise é preciso lembrar que o país estava situado na periferia do capitalismo e assumiu uma forma de ditadura militar excludente em relação aos setores populares e altamente integrado com os setores comprometidos com a acumulação de capital.

Para Germano, a política educacional do regime militar no Brasil se desenvolveu nos seguintes eixos, em síntese:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado Militar e Ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle acontece, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar seu espaço de atuação política. Daí os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino de segundo grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado (1990, f. 144-5).

Agindo dessa forma, o governo militar delegou e incentivou a participação dos setores privados na expansão do sistema educacional, desqualificando, sobretudo, a escola pública de primeiro e segundo graus. A ajuda proporcionada pelos acordos MEC/USAID ao processo educacional brasileiro era mais uma tentativa de garantir o lucro do capital investido no país, na medida em que o sistema educativo produzisse mão-de-obra suficiente para implementar o novo modelo econômico, iniciado a partir de 1964 (ARAPIRACA, 1982).

Segundo Germano (1990), política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico. Assim, no Brasil pós-1964, é possível afirmar que, em síntese, tal política foi uma expressão da dominação dos setores envolvidos com a busca incessante pelos lucros e acumulação do capital, viabilizada pela ação política dos militares.

1.2 – O Colégio Canadá

Até 1930, só existiam três ginásios públicos localizados no Estado de São Paulo: o Ginásio da Capital, instalado em 1894, o de Campinas, criado em 1896 e o de Ribeirão Preto, em 1906. As vagas oferecidas por essas escolas não passavam de 1450 matrículas por ano, em um universo de cerca de sete milhões de habitantes no estado.

O curso ginasial estava, portanto, reservado a uma minoria. Entre os moradores de Santos e das cidades vizinhas, apenas aqueles com mais recursos para se manter em outra cidade ou estudar em escolas particulares podiam frequentar o ginasial e ter acesso às escolas superiores (MEIRELLES, 2009).

O plano educacional do governo de Armando de Salles Oliveira, então interventor federal no Estado de São Paulo, priorizou a instalação de escolas profissionais nas zonas agrícolas e industriais e de ginásios nas principais cidades paulistas. Em sucessivos decretos, Armando de Salles Oliveira criou cerca de mil escolas.

Ao dar prioridade para a difusão do ensino primário na zona rural, o orçamento estadual não dispunha de recursos para arcar com as despesas de construção de prédios próprios para a instalação de cursos ginasiais. Para solucionar o problema, o Governo do Estado firmou convênio com os municípios, para a construção dos edifícios escolares destinados aos cursos secundários. Com essa medida, foram criados 19 ginásios, totalizando 31 estabelecimentos de educação secundária até 1937, com quase 10 mil alunos.

Em Santos, o Ginásio do Estado foi instalado com a finalidade de servir toda a região litorânea paulista. Foi criado em 11 de agosto de 1934, junto com os ginásios oficiais de Franca, Jabocatibal, Tietê e Bauru. De acordo com o decreto ³ de sua criação, a Prefeitura de Santos faria ao Governo do Estado a doação do prédio, das instalações e do material didático, bem como as despesas do estabelecimento.

Até a construção do edifício próprio, o ginásio funcionou em um prédio da Avenida Dona Ana Costa, de número 357. Ali foi instalada a secretaria do estabelecimento, para atender aos interessados nos exames de admissão à primeira série do curso. Foram criadas inicialmente duas salas de primeira série do curso ginasial. As aulas estavam marcadas para ter início no dia 15 de março de 1935, porém a data teve que ser alterada para atender a grande procura pelas inscrições.

Para cumprir o que rezava o texto do decreto que criou o Ginásio do Estado, a Prefeitura de Santos deu início à construção do edifício, no final de 1935. O edifício foi construído no centro de uma quadra, limitado pelas ruas

³ Decreto Estadual nº 6.601, de 11 de agosto de 1934.

Mato Grosso, Voluntários Santistas, João Pinho e Dr. Itapura de Miranda, no bairro do Boqueirão, em terreno doado pela empresa canadense de serviços públicos *The City Improvements Company Limited of Santos*. Esta é a origem do nome Colégio Canadá para a instituição que antes se chamava *Gymnasio do Estado*.

Em 28 de agosto de 1937 o edifício do Ginásio do Estado da cidade de Santos foi inaugurado. Segundo o projeto inicial, no primeiro pavimento estavam o saguão de entrada principal, secretaria, diretoria, sala do inspetor federal, arquivo, biblioteca, uma sala para professores e outra para professoras, duas seções de instalações sanitárias e quatro salas ambiente – Física e Química, História Natural, Geografia e Desenho, dotadas do mais moderno material didático, além de um anfiteatro com cerca de 200 lugares.

O acesso a essas salas era feito por um corredor central de dois metros e meio, amplamente iluminado, com duas escadas de um metro e meio de largura para chegar-se ao pavimento superior. No segundo pavimento foram projetadas sete salas de aula, duas saletas para professores e mais duas seções de instalações sanitárias.

Nesta época, o governo federal procurava manter a padronização e a inspeção das escolas mediante o processo de equiparação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Assim, o Ginásio do Estado deveria estar em regime de inspeção preliminar até o final de 1938, quando seria equiparado, ou seja, poderia expedir certificados de habilitação válidos e legais, após apresentar instalações, edifícios e material didático apropriados.

As exigências para a implantação da escola foram cumpridas somente alguns anos depois. A autorização para funcionamento do Ginásio do Estado, com sede em Santos, a funcionar como Colégio, foi assinado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, e pelo titular do Ministério da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, em nove de abril de 1945. Também neste ano, em homenagem à origem da empresa *The City*, doadora das terras que serviram para a construção do prédio e logo para a ampliação e equiparação, a escola passou a denominar-se Colégio Estadual Canadá.

Figura 1. Fachada do Colégio Canadá.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

No ano de 1947 era criado o Curso de Formação de Professores Primários (o Normal) e o Curso Primário anexo. Como se pretendia a transformação da Escola Normal Canadá em Instituto de Educação, foi

entregue ao então governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, um memorial solicitando a construção do novo prédio da escola e sua transformação, assinado por inúmeros professores e normalistas. Finalmente, em 15 de janeiro de 1957, o colégio transformou-se no Instituto de Educação “Canadá”.

No início dos anos 60, a escola contava com 14 salas de aula, comportando, nas duas classes menores, 20 alunos, e nas demais, em média, 40 a 50 alunos. Além dessas salas, a escola Canadá dispunha de auditório, biblioteca, sala de desenho e laboratório. O auditório possuía palco fixo e pé direito de oito metros, com 213 poltronas distribuídas em dois pisos, onde eram realizadas as manifestações culturais dos alunos e do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho. A biblioteca contava com acomodações para 40 alunos e aproximadamente 10 mil volumes, acervo formado com doações de vários governos, inclusive estrangeiros, e entidades governamentais do Estado. A sala de desenho continha 50 mesas individuais com dispositivos que permitiam regular a altura de cada mesa e todos os materiais necessários como régua, esquadros e compassos. O laboratório funcionava numa sala multidisciplinar, e ali os professores ministravam aulas de Ciências, Física, Química e História Natural. Existiam ainda duas salas de artes femininas e uma masculina, gabinete dentário, grêmio, sala de orientação educacional, diretoria do primário, diretoria geral, secretaria, portaria, sala dos professores, cantina, pátios, residência do zelador e ginásio de esportes. Os dados relativos ao espaço da escola foram extraídos do processo destinado à avaliação escolar, realizada por Inspectores Federais, membros designados pelo Ministério da Educação e Cultura. Cabia aos inspetores avaliar o espaço da escola, a infra-estrutura, os

prontuários de habilitação de professores, registro de alunos, enfim, todo o funcionamento da instituição (CORREA, 2007).

Figura 2. Alunos do Colégio Canadá, com o diretor Edésio Del Santoro, em visita ao atleta Edison Arantes do Nascimento (Pelé), no Santos Futebol Clube, em 1963.



Fonte: acervo pessoal de Edésio Del Santoro.

Havia, na época, uma demanda muito grande de alunos para o Ginásio e o Colegial. Para abrigar os alunos do Colégio do Instituto de Educação Canadá, como era chamado na época, foram ocupados dois estabelecimentos: Lourdes Ortiz e Ismênia de Jesus, escolas dirigidas por pessoas designadas pelo Diretor Geral do Colégio Canadá. Tal demanda gerou a necessidade de ampliação do prédio antigo da escola, o que acabou acontecendo em 1962. O colégio passou a funcionar, então, com 33 salas de aula, que comportavam 4.555 alunos. Foi durante este período, na década de 1960, que o Colégio Canadá passou a ser considerado um dos maiores do Estado e até do país, com 112 classes em funcionamento e com mais de uma centena e meia de funcionários.

No colégio também havia o espaço destinado aos alunos, denominado Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho”. Contava com uma diretoria composta de 20 membros, que buscavam promover eventos sociais, esportivos e culturais, envolvendo os alunos da escola e a comunidade. Além do grêmio, havia ainda outra instituição, o Clube das Normalistas, que desenvolvia atividades socioculturais, como a apresentação de peças teatrais, onde atuavam as próprias normalistas e crianças estudantes do curso primário. Sua diretoria era composta por cinco normalistas e vários professores.

No início dos anos 1970 a instituição mantinha os cursos de Pré-Primário (três classes), Primário (17 classes), Ginásial (52 classes), Colegial (44 classes), Normal (sete classes), Especializado em Educação Pré-Primária (uma classe) e de Administradores Escolares (duas classes). O número de alunos chegava a 5.500, entre crianças e jovens de ambos os sexos, e o número de funcionários era de cerca de 160, entre professores secundários e primários, orientadores educacionais, professores-inspetores, preparadores, inspetores de alunos, diretor, diretor do Primário, assistente do diretor, secretário, dentista, escriturários e serventes.

Nessa época, na visão dos articuladores do golpe de 1964, Santos era uma cidade dominada pelos comunistas, onde os sindicalistas armazenavam fuzis e metralhadoras em suas sedes, preparando a revolução socialista. Apesar do evidente exagero, de fato Santos era conhecida como a “Cidade Vermelha” havia algumas décadas:

O movimento operário santista foi responsável pela dupla designação política da cidade como “Barcelona Brasileira” e “Cidade Vermelha” ou “Moscou Brasileira”. A primeira fase refere-se ao predomínio anarquista em algumas conjunturas das

duas primeiras décadas do século XX; a segunda, ao peso hegemônico dos comunistas no movimento sindical, sobretudo entre a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964. Tais designações visam, quase invariavelmente, a apresentar Santos como uma cidade politicamente radical, cujos trabalhadores estariam inclinados a abraçar ideologias e políticas de agressivo combate ao capitalismo (SILVA, 2003, p. 27).

Neste cenário foram realizadas violentas invasões dos sindicatos e cassação de políticos, gerando na cidade uma crescente escalada de terror e medo.

Em um depoimento concedido para o livro “Sombras sobre Santos”, de Ricardo Marques da Silva e Carlos Mauri Alexandrino, no início de 1988, o coronel do Exército Erasmo Dias (o mesmo que prendeu centenas de estudantes no congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, e um dos líderes militares do golpe de Estado na Baixada Santista), fez as seguintes afirmações:

Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria origem da revolução. Porque aqui o esquerdismo adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas, toda a potencialidade política de Santos estava nas mãos do que eu costumo chamar de peleguismo sindical comunista. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha um tal de Fórum Sindical de debates que era uma espécie de *soviète* (grifo original), que para mim foi o primeiro *soviète* que tentaram implantar no Brasil, para a revolução socialista. Eles paravam Santos quando queriam (ALEXANDRINO; SILVA, 1988, p.14).

O centro nervoso da organização sindical de Santos era o seu porto. A imagem de rebeldia dos trabalhadores portuários começou a ser formada com um episódio ocorrido durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando os

estivadores de Santos se recusaram a embarcar um carregamento de café brasileiro para o general fascista Francisco Franco, em plena Guerra Civil Espanhola. O episódio foi tema central do segundo dos três volumes de “Os subterrâneos da liberdade”, uma das principais obras de cunho político do escritor Jorge Amado. Havia excesso de produção de café, e planejou-se a negociata de comprar dos fazendeiros e vender ao governo de Vargas, para doação “patriótica” às tropas franquistas que lutavam contra os republicanos espanhóis (ALEXANDRINO; SILVA, 1988).

Getúlio Vargas tinha cancelado as eleições de 1937, fechou o Congresso, dissolveu os partidos políticos, censurou a imprensa e proibiu todas as greves e as reuniões sindicais não autorizadas. Franco e Adolf Hitler eram vistos como aliados eventuais contra o inimigo número um, o comunismo soviético, posição que mais tarde seria invertida pela Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim os estivadores santistas decidiram não embarcar o café para Franco. No primeiro dia o porto funcionou normalmente, com exceção do terno de estiva escalado para o navio alemão que levaria o café à Espanha. A turma seguinte também não compareceu ao cais, e a polícia prendeu três estivadores. Os trabalhadores formaram então uma comissão para negociar a libertação dos três, mas a comissão acabou detida também. Deste episódio eclodiu a primeira greve do Estado Novo, absolutamente proibida, que resultou em muitas mortes, demissões em massa, a cidade de Santos sob intervenção federal e ocupada por tropas do Exército. O café foi finalmente embarcado por soldados, porém a resistência dos estivadores ficou marcada na história do sindicalismo brasileiro (ALEXANDRINO; SILVA, 1988).

Quanto aos epítetos da cidade de Santos, boa parte deles é devido ao porto e aos seus trabalhadores:

Com a construção do cais em lugar insalubre (“Porto maldito”), com a especulação cafeeira (“Montecarlo do café”), com a agitação anarquista (“Barcelona brasileira”), com a ação comunista (“Moscouzinha”) e com os temores das elites (“Cidade de Moscou” e “República sindicalista”), o imaginário santista ficou impregnado desses estigmas. Mais do que uma análise “objetiva”, Santos parece estar mais sujeita a opiniões, visões e imagens: resultado, principalmente, de décadas de resistência dos trabalhadores locais (TAVARES, 2007, p. 29).

Em anos anteriores ao golpe de 1964, os resultados eleitorais em Santos, de 1945 a 1947, exerceram um peso considerável na construção dos mitos em torno da “Moscou Brasileira” e do “Porto Vermelho”: do total de oito eleições, o PCB (Partido Comunista Brasileiro obteve sete “fragorosas vitórias na Baixada Santista” (SILVA, 1995, p. 107).

Um evento que contribuiu para alimentar o imaginário santista, desta vez no início do regime militar, foi a presença de uma esquadra norte-americana no Atlântico Sul, pronta para atuar em caso de necessidade de auxílio aos golpistas que tinham acabado de tomar o poder. Foi um fato concreto na história do golpe de 1964, em que Santos, muito provavelmente devido à sua já antiga fama de “Cidade Vermelha”, aparecia como o destino final dos navios:

Às 11h30 da manhã de 31 de março de 1964 [...] estavam reunidos em Washington o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de Defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor, e o diretor da CIA, McCone. A agenda tinha seis itens. O quarto era um relatório sobre “a capacidade de apoio aéreo e naval americano” aos revoltosos. A Casa Branca acordara cedo. Uma hora e vinte minutos depois dessa reunião, [...] o contra-

almirante John Chew, vice-diretor de operações navais, ordenava ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta-aviões à frente de uma força-tarefa para a “**área oceânica de Santos, Brasil**” (grifo nosso).

[...] A esquadra foi composta pelo porta-aviões Forrestal, seis contratorpedeiros com 110 toneladas de munição, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, e quatro petroleiros que traziam 553 mil barris de combustível. O Plano de Contingência 2-61 ganhou o codinome de Operação Brother Sam. Os barcos de guerra estavam instruídos para entrar na zona de operações com os tanques tão cheios quanto possível, mas o Forrestal não poderia chegar a Santos antes do dia 10 de abril. Os cargueiros poderiam aportar entre os dias 8 e 13. Vinham com o combustível equivalente a um dia do consumo nacional, bastante para impedir que a revolta ficasse com o tanque vazio. Os prazos pareceram muito longos, e levantou-se a possibilidade de a primeira remessa de gasolina ser feita por avião (GASPARI, 2002, p. 99-100).

Temia-se que o golpe falhasse por falta de combustível, o que explica a presença dos quatro petroleiros. Como não houve a necessidade de sua intervenção, a frota foi desmobilizada a partir do dia dois de abril de 1964.

Localizado quase no centro geográfico da cidade de Santos, está situado o Colégio Canadá, inserido no cenário proporcionado pelo regime militar e suas consequências na cidade que o cerca. Considerado um colégio de elite na época, a entrada do aluno no nível ginásial era feito por processo seletivo, o que naturalmente favorecia o ingresso de alunos de classes economicamente mais favorecidas, mas permitia também, ainda que em menor número, a admissão de alunos de classes econômicas mais modestas, desde que fossem aprovados na seleção.

A participação dos estudantes dentro do Colégio Canadá era realizada em torno do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, que propiciava aos alunos

a oportunidade de desenvolver habilidades, tanto no campo das artes dos esportes como no campo político. As atividades extracurriculares promovidas pelo Grêmios em parceria com empresas, escolas e centros de cultura eram, em sua maioria, organizadas pelos alunos, com a supervisão do diretor da escola ou dos professores, a quem cabia a palavra final. A escolha de um texto teatral a ser representado também passava pelo crivo da direção, o mesmo ocorrendo em relação à promoção de eventos (CORREA, 2007).

Os grêmios estudantis são extintos pela ditadura em 1968, quando as passeatas contra o regime se intensificam e aumenta, na mesma medida, o tratamento repressivo do governo militar. O decreto presidencial nº 68.065/71 institui os centros cívicos escolares nos estabelecimentos de ensino, cuja diretoria seria eleita pelos alunos, mas sob a assistência de um orientador e com as chapas concorrentes submetidas à aprovação prévia do diretor da escola. O esvaziamento dos grêmios estudantis, em consequência das intervenções militares, marca o início de outro momento histórico em que a criação dos centros cívicos procura suprir a ausência da efetiva participação dos estudantes. Segundo a lógica do regime instalado, não cabia aos estudantes dirigir ações na escola (CORREA, 2007). E se essas ações acontecessem, o regime estava aparelhado para vigiar e punir, como veremos adiante.

CAPÍTULO 2 – O ACERVO DEOPS/SP

Este capítulo se dedica a descrever a história do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo e de seu acervo, bem a como a forma de organização de seus documentos, notadamente os pertencentes à série “Dossiês”, que é a que possui o maior volume de material referente ao período do regime militar. Ocupa-se o presente capítulo, ainda, da chamada família 50 do acervo DEOPS/SP, considerada o conjunto documental mais complexo e à qual pertence a maioria dos documentos relativos ao Colégio Canadá.

2.1 – Breve história do DEOPS/SP

O DEOPS/SP foi criado pela Lei nº 2.034, de 20 de dezembro de 1924, por meio da qual passou a ser chamado de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)⁴, e foi extinto pelo Decreto nº 20.728, de 04 de março de 1983.

Quando foi criado em o DEOPS/SP, em 1924, São Paulo era governado por Carlos de Campos, e o presidente do Brasil era Artur Bernardes. Ambos tinham sua governabilidade ameaçada por profundas crises.

Desde a *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, conflito deflagrado no Rio de Janeiro em julho de 1922, Epiácio Pessoa, presidente eleito após o

⁴ Neste trabalho utilizamos a sigla DEOPS/SP, uma vez que esta é a denominação final que o órgão recebeu pela última legislação que alterou sua organização em 1975 (Decreto nº 6.836), e através da qual passou a se chamar Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

intervalo governamental de Delfim Moreira (vice de Rodrigues Alves, morto antes de sua posse oficial) havia decretado estado de sítio. Tal situação foi prolongada, e Artur Bernardes já assume o país em estado de sítio, mantido durante todo seu governo (1922-1926).

As dificuldades envolvendo a posse de Bernardes começaram na campanha, quando seu adversário era Nilo Peçanha, carioca que se sentira preterido pela escolha sucessória das oligarquias rurais. Uma parte dos militares apoiava Nilo Peçanha por várias razões, que iam desde a nomeação de ministros civis para ocupar pastas militares durante a gestão de Epitácio Pessoa até o descontentamento da baixa oficialidade articulada em torno do Clube Militar, que lutava pela elevação dos salários e pelo reaparelhamento do Exército. Essa revolta acabou sendo canalizada para luta contra as oligarquias, através de uma bandeira de moralização das instituições políticas.

O movimento de baixa oficialidade, formado basicamente por capitães e tenentes, acabou criando um tema bastante caro à historiografia brasileira. Conhecido como *Tenentismo*, tal movimento vivenciou vários episódios de conflito, sendo o primeiro *Os 18 do Forte de Copacabana*, no Rio de Janeiro, e o último a *Coluna Prestes – Miguel Costa*, que percorreu o Brasil entre 1924 e 1927.

Parte dessa mobilização passou por São Paulo, onde, a partir de julho de 1924, houve um movimento, considerado o maior de todos: os revoltosos, liderados pelo General Isidoro Dias Lopes, conseguem assumir o controle da cidade, obrigando o governador Carlos de Campos a fugir do Palácio dos Campos Elíseos para a periferia da cidade, em Guaiaúna, na Zona Leste de

São Paulo. A luta dos revoltosos contra as tropas legalistas faz com que a chamada *Coluna Paulista* adentre pelo interior do estado e chegue ao Paraná. Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa já estavam com suas tropas estacionadas em Foz do Iguaçu, e assim se dá o encontro com a *Coluna Prestes*, que vinha do Rio Grande do Sul, após a revolta de outubro no Estado.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, a conturbação desse período:

(...) também pode ser explicada pela famosa “questão social”, considerada como “caso de polícia” pelas autoridades governamentais. Desde o final da década de 1910, vários movimentos sociais reivindicatórios de melhorias nas condições de trabalho tinham sacudido os grandes centros urbanos com intensas mobilizações grevistas. A força do anarquismo e do chamado “anarco-sindicalismo”, e o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 constituíam elementos de grande preocupação para o governo que responde com a legislação repressiva (2002, p. 21).

Nesse contexto, prossegue Aquino (2002), “a criação do DEOPS/SP em 1924 pode ser explicada como parte do aparato repressivo do Estado, voltado, essencialmente, para a vigilância sobre os considerados ‘suspeitos’ de desordem política e/ou social” (p.21).

Quando o General Ernesto Geisel assume a presidência, em 1974, começa um processo chamado inicialmente de “distensão” no regime ditatorial do país. No governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), este processo é chamado de “abertura política”. A intenção desse processo, que começou a ser negociado ainda no governo do General Emílio Garrastazu Médici, era a de uma “lenta devolução pacífica e ordeira” do poder aos civis e do país ao chamado “Estado de Direito” (AQUINO, 2002).

Como resultado, ocorrem as eleições diretas para os governos estaduais, em 15 de novembro de 1982. Em 04 de março de 1983, é proposto o Decreto 20.728, que extinguiu o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

2.2 – Histórico do Acervo DEOPS/SP

Nas eleições diretas de 1982 houve a vitória em São Paulo do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição do regime militar, que incluía em seu programa de governo a redemocratização do aparelho administrativo do estado. Desse modo, imaginava-se que o candidato eleito Franco Montoro, assim que assumisse em 1983, deveria transformar o DEOPS profundamente, ou mesmo encerrar suas atividades, pelo fato de o órgão de repressão estar tão claramente vinculado às práticas autoritárias e violentas do período anterior.

O governador à época, José Maria Marin, pertencia ao PDS (Partido Democrático Social), antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido considerado da situação do regime militar. Em um dos seus últimos atos de governo, Marin extinguiu o DEOPS em 1983, para evitar que o órgão caísse no controle direto da oposição. Entre outras disposições previstas neste decreto, os funcionários do órgão deveriam ser distribuídos em outros setores da Polícia Civil do Estado, e o Delegado Geral de Polícia deveria decidir sobre o destino do acervo documental do DEOPS.

Assim, durante os anos de 1983 e 1991, este acervo foi guardado pela agência paulista da Polícia Federal, organismo subordinado ao Ministério da Justiça Federal. A respeito do que pode ter acontecido com a documentação durante os quase dez anos em que permaneceu sob a guarda a agência paulista da Polícia Federal:

Especulou-se muito acerca da destruição e da manipulação deste *corpus* documental depois de extinto o organismo que o produziu. O que se pode afirmar com certeza é que durante todo o tempo em que a documentação permaneceu na Polícia Federal, seus agentes fizeram várias pesquisas sobre cidadãos fichados nos arquivos a pedido de outros organismos policiais ou militares, como se pode notar em 35 pastas da Série Dossiês do Acervo DEOPS/SP (ARAÚJO et alli, 2001, p.25).

Em 1991, com o Brasil devolvido ao “Estado de Direito”, elaborada uma nova Constituição (1988) e eleito diretamente, desde 1964, o primeiro presidente da República, o acervo DEOPS/SP foi entregue à guarda da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, que o destinou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje.

Entre 1991 e fins de 1994, os documentos pertencentes ao acervo somente puderam ser consultados por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Regime Militar e por cidadãos interessados em conhecer o material que órgão possuía armazenado sobre sua própria pessoa, direito garantido pela Constituição de 1988, sob a denominação de *habeas data* (“tenhas tua informação”). No entanto, neste período, os pesquisadores acadêmicos e os jornalistas não tiveram acesso à documentação.

Em 1994, uma comissão nomeada pelo governo estadual e que contava com a participação de historiadores, arquivistas, juristas, representantes governamentais e entidades de defesa dos direitos humanos recomendou a abertura total do acervo à consulta pública mediante a assinatura de um termo de compromisso, no qual o pesquisador se responsabiliza pelo uso e difusão da documentação consultada. A sugestão foi acatada pelo Governo do Estado, e desde então qualquer consulente pode pesquisar o Acervo DEOPS/SP.

O acervo é composto por 101 livros de Registro de Inquéritos Policiais, que antes estavam sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo e que foram enviados após o acervo já estar no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses livros de registro contém os inquéritos instaurados pelas diversas Delegacias que compunham o DEOPS/SP.

O acervo possui também quatro séries documentais que se diferenciam, entre outros elementos, pelo fato de terem sido produzidas por setores diferentes dentro do órgão. As quatro séries formam um conjunto de 1.500.000 fichas remissivas e 163.000 pastas (AQUINO, 2002).

A série “Prontuários” é formada por cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas-prontuários, que se referem a pessoas ou entidades e temas. Os documentos datam do início do órgão, em 1924, e se encerram com a sua extinção, em 1983. O material armazenado teve origem no Arquivo Geral do DEOPS/SP.

A série “Dossiês” é formada por 1.100.000 fichas remissivas e por 9.626 pastas codificadas. Data dos anos 40 e se encerra em 1983. O material armazenado originou-se inicialmente do chamado Serviço Secreto, criado em

1940, mais tarde denominado Serviço de Informações e, em 1975, Divisão de Informações.

A série “Ordem Social”, que teve seu material originado na Delegacia de Ordem Social, inicia-se em 1945 e se encerra em 1983. É composta por 115.000 fichas remissivas e 2.321 pastas. Uma parte significativa dessas pastas é originada de material gerado por delegacias do Interior.

A série “Ordem Política” é a última a ser iniciada, tendo seu surgimento em 1948 e seu encerramento em 1983. Seu material é originado da Delegacia de Ordem Política, e possui 120.000 fichas remissivas, que remetem a 1.582 pastas.

2.3 – A série “Dossiês”

A série “Dossiês” do Arquivo Geral foi iniciada na segunda metade da década de 1930 e apresenta um modo de arquivamento bem mais complexo se comparado à série de Prontuários. Além dos registros produzidos pelo Serviço Secreto, os dossiês também reúnem documentos recebidos de instituições externas, como é o caso da documentação proveniente do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do II Exército, do Ministério da Agricultura, entre outros, que enriqueciam as informações sobre os temas e pessoas investigadas pelo DEOPS.

A série possui cerca de dois milhões de documentos armazenados, e é caracterizada por um complexo código alfanumérico que acompanhou suas pastas, e por uma extrema variedade documental. Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, dossiê significa “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica” (BELOTTO; CAMARGO, 1996).

Esses documentos foram arquivados de acordo com a elaboração de um código alfanumérico, composto por três elementos, sendo o primeiro e o terceiro código um número e o segundo uma letra, por exemplo 50-Z-081. Durante os anos de 1998 a 2002, foi desenvolvido o projeto de mapeamento e sistematização da série Dossiês, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida de Aquino, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Funcionários do Arquivo Público de Estado de São Paulo, em conjunto com os integrantes desse projeto, reuniram esforços para identificar e compreender a lógica dos códigos e de seu arquivamento.

Durante a realização do projeto, no longo percurso de construção de novas formas de acesso aos pesquisadores em relação ao acervo, alguns elementos foram sendo estabelecidos, chegando-se o mais próximo possível de uma definição da série “Dossiês” (AQUINO, 2002).

O código alfanumérico é composto, como dissemos, por três elementos e de um número de ordem para a remissão documental no interior da pasta, que funciona, grosso modo, como o número da página. É principalmente através deste número que se localizam os documentos apontados pelas fichas

remissivas. Como exemplo, podemos citar o documento 50-Z-081-18988, que trata de manifestação estudantil no Colégio Canadá:

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES
D.O.P.S./SANTOS

D.O.P.S.
DIRETORIA GERAL
A Divisão de Informações - 2ª
Em 24 de maio de 1978
SANTOS, 21 de maio de 1978

1. Assunto: ESCOLA ESTADUAL DE 1ª e 2ª Graus - CANADÁ - SANTOS.
2. Origem: DOPS/SANTOS
3. Classificação:
4. Infecção: CIOP/DEIN - DOPS/SP - CIOP/SP - 12/2.
5. Especificação:
6. Anexo: manifesto distribuído pelos estudantes - recortes de jornal - "A Tribuna", editado nos dias 20 e 21/05/1977.
INFORMAÇÃO N.º 221/77

Houve uma manifestação estudantil na ESCOLA ESTADUAL DE 1ª e 2ª GRAUS CANADÁ/SANTOS, tendo sido distribuído manifesto dos estudantes, que ora encaminhamos em anexo.

O jornal "A Tribuna", editado nos dias 20 e 21 de maio do corrente, que também encaminhamos em anexo, publica matéria pertinente ao fato, começando-o, esgotando os detalhes a serem informados.

Os fatos estão sendo apurados por dois superiores pedagógicos da Delegacia de Ensino de Santos, segundo determinação do Sr. Diretor da Divisão Regional de Ensino de Litoral - Professor João Batista Servino.

Com fatos novos, pertinentes ao assunto, informaremos prontamente.

RESERVADO

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DEIXAR IDENTIFICAR (AR. 42 - Dec. 4.0.417/54 - Regulamento de 50/55 do Estado de São Paulo)

47 78
502 81 18988

Figura 3

Documento 50-Z-081-18988. Data de arquivamento: 04/01/1978.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O primeiro elemento do código é chamado de “família”, correspondendo a um tema geral e apresentando-se em cinco dezenas: as famílias 10, 20, 30, 40, 50.

A família 10 refere-se à suspeição lançada contra estrangeiros por ocasião da II Guerra Mundial, quando o Brasil declara guerra ao Eixo, em 1942.

A perseguição atinge principalmente os alemães, italianos e japoneses, além de outras nacionalidades.

A família 20, de modo genérico, dedica-se a vigiar os membros envolvidos com a política nacional, vista no sentido amplo e sob o aspecto institucional, enfocando principalmente o panorama das eleições

A família 30 enfatiza a perseguição aos suspeitos de atividades comunistas, socialistas e anarquistas.

A família 40 reúne documentação das várias delegacias que compõem o DEOPS/SP: Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros.

A família 50 é considerada o conjunto documental mais complexo, e parece abrigar um pouco de todos os temas arquivados nas famílias anteriores. Nesse conjunto, produzido, em sua maioria, a partir de 1964, observa-se que o Serviço Secreto passou a receber mais informações de outros órgãos da repressão, fruto da intensidade da repressão articulada no período da ditadura militar. Porém esse fato não permite afirmar que os documentos foram arquivados de acordo com os seus órgãos produtores. Análise da família 50-Z-09 mostra que há uma relação temática entre os documentos, em que se mesclam informações recebidas pelo DOI-CODI, Operação Bandeirantes (OBAN)⁵, Exército e relatórios do Serviço Secreto.

⁵ Financiada por empresários paulistas, a OBAN foi criada secretamente em dois de julho de 1969, com a função de coordenar a repressão e a vigilância aos movimentos clandestinos de esquerda. A estrutura da organização de São Paulo começou a ser utilizada nacionalmente a partir do ano seguinte, com o surgimento do DOI-CODI.

As famílias subdividem-se em subfamílias que correspondem a subtemas dentro do tema geral. Estas, por sua vez, são agregadas a letras (o segundo elemento do código) para a formação do tema específico. As letras são denominadas de setores, pois elas geralmente representam um determinado setor da sociedade. Encontram-se assim subdivididos⁶:

- **A** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por proprietários, em sentido amplo, desde donos de empresas até seus diretores ou executivos.
- **B** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por funcionários, também entendidos no sentido amplo. Apesar de a maioria ser funcionários de baixo escalão, por vezes a suspeição atingiria gerentes, executivos e até donos de pequenos estabelecimentos.
- **C** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos estudantes e intelectuais.
- **D** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos militares.
- **E** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por órgãos e pessoas, ou com as relações exercidas no interior das representações diplomáticas.
- **F** – preocupação com proprietários de imóveis, além de pequenos comerciantes. Sua linha limítrofe com o setor **A** não encontra precisão.
- **G** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por religiosos.

⁶ Segundo decodificação realizada pelos integrantes do projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Aquino.

- **H** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por funcionários públicos.
- **I** – também bastante imprecisa, refere-se à suspeição a negociantes, em geral não vinculados a nenhuma empresa em especial, e a pessoas que vivem de rendas. Também se refere a grandes proprietários de imóveis.
- **J** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas no interior de associações, clubes e partidos políticos.
- **K** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por profissionais liberais.
- **L** – preocupação com a vigilância às atividades desenvolvidas por editoras e editores.
- **Z** – compreende a vigilância a setores não especificados. Tudo o que não se enquadra nos setores anteriores aparece arrolado aqui.

Esses dois primeiros elementos são os mais importantes do código, sendo que o terceiro, numérico, tem um sentido cronológico. Ou seja, em geral o terceiro elemento demonstra a ordem em que determinada pasta foi aberta dentro de um assunto definido pela combinação dos dois primeiros elementos.

2.4 – A família 50

A família 50 corresponde a mais da metade do material armazenado na série “Dossiês” do Acervo DEOPS/SP. São 5.121 pastas, de um total de 9.626,

e 2.082 dossiês, de um total de 5.207. Os temas investigados nos documentos são extremamente variados, e não há definição clara de uma temática única que caracterize a família 50, pois nela encontra-se um pouco de tudo o que já apareceu nas outras famílias (AQUINO, 2002).

Uma temática característica da série “Dossiês” envolve a questão dos inimigos potencialmente suspeitos de todos os regimes: os comunistas. Na década de 1940, quando se inicia a série, os comunistas já representam uma grande preocupação para o regime Vargas e continuarão sendo alvos de perseguição constante até o final da série, em 1983, ainda dentro do regime militar:

Porém, o olhar direcionado aos comunistas naquela década os distribui, prioritariamente, dentro da classe operária, que forma os maiores quadros do Partido. Entretanto, nos anos 60, grandes transformações ocorrem, tanto no que se refere à composição social dos comunistas como no que tange ao próprio comunismo (seria mais correto falarmos em “comunismos”, do mesmo modo que falamos em “marxismos”). Os comunistas que se opõem ao regime militar, na sua grande maioria, se originam das camadas sociais intelectualizadas e dos estudantes, os quais representam numericamente a maioria dos perseguidos no período (AQUINO, 2002).

Além disso, por uma variedade de razões, diversas divisões ocorreram dentro das fileiras do comunismo, e um grande número de siglas surgiu entre os que se dedicaram à luta armada para derrubar o regime militar, variedade que foi captada pelo aparelho repressivo formado pela polícia política do Estado.

Situação diversa ocorre em relação ao anarquismo. Na década de 40, os anarquistas já se encontravam em fase de decadência, e um número pequeno

de pastas, dentro de uma família determinada (a família 30), se dedica a eles, que não terão mais vez nas preocupações posteriores.

A família 50 é formada por duas subfamílias: a 50 e a 52. De todas as famílias é a única em que existe um salto entre as subfamílias. A subfamília 50 é composta de 2.078 dossiês, distribuídos em 4.531 pastas, com datas de produção entre 1916 e 1984, e possui assuntos variados, como investigações sobre estrangeiros, movimentos sociais, política institucional, comunismo, crimes contra a economia popular e luta armada.

Um estudo sobre os dois primeiros elementos do código/dossiê referente à subfamília 50 permite traçar algumas considerações (AQUINO, 2002):

- 50-A: investigação sobre estrangeiros, principalmente alemães, italianos e japoneses durante a II Guerra Mundial. Posteriormente, investigam-se sindicatos patronais, o movimento sindical e grandes e pequenas empresas.
- 50-B: investigações sobre atividades como espionagem e contrabando realizado por estrangeiros (niponismo, nazismo e fascismo durante a II Guerra Mundial). Além disso, investigam-se as atividades dos comunistas e do movimento sindical.
- 50-C: investigações sobre diversas entidades estudantis: União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), União Estadual dos Estudantes (UEE). Pastas específicas reúnem investigações sobre

diferentes universidades, como por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e o Mackenzie.

- 50-D: investigações variadas sobre militares (Exército, Polícia Militar, Força Expedicionária Brasileira – FEB, Corpo de Bombeiros e Força Pública). O dossiê 50-D-07 contém material do Ministério da Marinha e relatórios sobre o seu Centro de Informações, o CENIMAR. Por sua vez, o dossiê 50-D-26 apresenta documentação do Ministério da Aeronáutica.⁷
- 50-E: contém documentação proveniente do Ministério das Relações Exteriores e de diversos consulados.
- 50-F: apresenta cinco pastas, datadas dos anos 40, envolvendo investigações sobre estrangeiros e atividades de espionagem, incluindo censura postal.
- 50-G: investigações sobre atividades religiosas extremamente variadas: Igreja Católica Romana, Igreja Luterana, Judaísmo, Islamismo, Budismo, Testemunhas de Jeová, Perfect Liberty e Ordem Rosa Cruz.
- 50-H: investigações envolvendo atividades de corrupção, oposição ao governo e participação em movimentos sindicais, incidindo sobre funcionários públicos estaduais e municipais.
- 50-I: contém 11 dossiês datados de 1944, os quais contém investigações sobre estrangeiros dentro da conjuntura da II Guerra Mundial. O último dossiê, aberto em 1977, trata da problemática da Reforma Agrária.

⁷ A presente pesquisa encontrou documentos referentes ao Colégio Canadá e ao Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho nos dois dossiês citados (50-D-07 e 50-D-26).

- 50-J: contém dossiês de instituições variadas, particularmente partidárias, sindicais e culturais.
- 50-K: investigações sobre estrangeiros vinculados às problemáticas da II Guerra Mundial. Controle sobre indivíduos e entidades suspeitas de comunismo, trabalhismo e sindicalismo.
- 50-L: apresenta dois dossiês com livros e materiais de divulgação de diversas entidades.
- 50-Z: contém dossiês de entidades investigadas sobre motivos variados. Dossiês de municípios⁸ e estados, dossiês de outros setores do DEOPS/SP e dossiês de organismos variados da administração pública, de secretarias de estado e de ministérios.

A subfamília 52 é composta por quatro dossiês e 590 pastas, com documentos produzidos entre 1944 e 1991. A data final apresenta a atividade sobre a documentação durante o período em que esta permaneceu sob a alçada da Polícia Federal, principalmente devido ao dossiê 52-Z-0 (o mais numeroso de todas as famílias, com 583 pastas), que se refere a resumos de informações sobre pessoas e entidades, compilados pelo Serviço e Informações a pedido de outros órgãos. Essas solicitações continuam mesmo após o fechamento do DEOPS/SP, chegando até o ano de 1991, quando o acervo foi transferido para o Arquivo do Estado de São Paulo (AQUINO, 2002).

Além do dossiê 52-Z-0, a subfamília 52 apresenta:

⁸ É também onde está localizada a maioria dos documentos relativos ao Colégio Canadá, especificamente no dossiê 50-Z-81, que contém 84 pastas relativas à cidade de Santos.

- 52-B-01: dossiê contendo investigação sobre um funcionário da Delegacia Fiscal acusado de distribuir panfletos contra o governo.
- 52-H-01: dossiê com investigações sobre funcionários do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP).
- 52-Z-01: cartas e poemas, boletins apreendidos pelo DEOPS/SP entre 1944 e 1977.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, a família 50 representa um reflexo do que se pode encontrar no interior da série 'Dossiês': "uma intensa variedade documental, um resumo das temáticas já apresentadas em outras famílias e a migração de códigos no sentido de adequação dos temas às novas temporalidades" (2002, p. 54).

CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como a descrição dos documentos coletados. Discute, ainda, a análise dos dados, na busca das conexões, mediações e contradições dos elementos que estiveram associados à problemática pesquisada, procurando estabelecer as relações entre a parte e o todo desta problemática.

3.1 – Procedimentos metodológicos

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza documental, descritiva e analítica. As fontes documentais utilizadas são os acervos do DEOPS/SP, recolhidos ao Arquivo Público do Estado de São Paulo durante a década de 1990. Estes acervos, cada vez mais pesquisados, têm revelado os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas consideradas perigosas, subversivas.

Apesar de existir uma regularidade nos fenômenos sociais, a vontade humana predomina nos acontecimentos históricos. Os homens fazem sua própria história, sob certas condições determinadas e não de modo arbitrário. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa deve privilegiar a análise de “longa duração”, que prioriza a síntese sobre a análise, partindo-se das fontes disponíveis em busca da construção de sínteses explicativas (RODRÍGUEZ, 2010).

No presente trabalho, as fontes são documentais, e o seu manuseio é uma ferramenta necessária para poder interpretar e criticar a fonte pesquisada, construindo conhecimento histórico (RODRÍGUEZ, 2010).

Como toda fonte histórica, o documento deve ser visto como “documento-monumento”, na definição de Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (2003, p. 537-8).

Devemos destacar ainda que a produção do documento não é uma peça isolada: “ela está contextualizada e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material ou simbólica” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 43).

Nesse sentido, como todo documento é falso e também verdadeiro ao mesmo tempo (na medida em que traz a *sua* verdade), é preciso que o historiador desmonte a aparência enganadora do documento e analise as condições de produção dos documentos-monumentos.

Concordando com Le Goff, o dever principal do historiador é:

[...] a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (2003, p. 535-6).

Portanto, o pesquisador que trabalha com informações colhidas por meio de documentos como fonte deve ser capaz de desmontá-las, ou seja, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las de forma plena.

Para chegar a esse resultado, utilizaremos como metodologia de tratamento e análise de informações constantes dos documentos a Análise de Conteúdo, para a compreensão crítica do sentido manifesto ou oculto das comunicações. A Análise de Conteúdo se apresenta como uma atividade de interpretação que consiste no descobrimento do não aparente, o potencial de inédito, no sentido do que não foi dito, retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2009). Tal análise envolve o conteúdo das mensagens e a busca de seus significados. Os enunciados são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais.

É necessário considerar, ainda, que a emissão das mensagens, sejam elas verbais, silenciosas ou simbólicas, está vinculada às condições contextuais de seus produtores:

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos lingüísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas

de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis (FRANCO, 2008, p.12).

Assim, a Análise de Conteúdo pressupõe uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, aqui entendida como uma construção real da sociedade e como expressão da existência humana, que elabora e desenvolve representações sociais nas interações estabelecidas entre linguagem, pensamento e ação, em diferentes momentos históricos (FRANCO, 2008).

Portanto, o que está escrito nos documentos pertencentes ao Acervo DEOPS/SP coletados será o nosso ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito ou latente, sem esquecermos a contextualização histórica que serve como o pano de fundo para garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens.

3.2 – Os documentos relativos ao Colégio Canadá no Acervo DEOPS/SP

No acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo foram encontrados 27 documentos referentes ao Colégio Canadá, todos pertencentes à série denominada “Dossiês” e produzidos entre maio de 1966 e maio de 1977. A maioria destes documentos (20) está armazenada no dossiê 50-Z-81, que contém 84 pastas com informações sobre atividades e pessoas relacionadas à cidade de Santos. Os outros sete documentos fazem parte dos dossiês 50-D-7, que contém material do Ministério da Marinha e relatórios sobre o seu Centro de Informações, o CENIMAR; 50-Z-09, que

armazena documentação produzida pelo II Exército, pela OBAN (Operação Bandeirantes) e pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna); 50-D-26, que apresenta documentação do Ministério da Aeronáutica, e 30-Z-160, onde são investigadas as atividades de organizações comunistas, principalmente as de guerrilha urbana e rural.

Os primeiros documentos, em ordem cronológica, são de número 50-D-07-185 e 50-D-07-186, são produzidos em 11 de maio de 1966 pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e enviados ao DEOPS/SP, com cópias de ofícios enviados ao Capitão dos Portos do Estado de São Paulo que, segundo o documento, “atestam a infiltração de propaganda comunista nos órgãos de ensino santistas”.⁹ Os ofícios foram enviados pelo diretor do Instituto de Educação Canadá e pelo presidente do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho e datam de 15 e 26 de abril de 1966.¹⁰

Os documentos 50-D-26-390/391/392 foram produzidos pelo Ministério da Aeronáutica, em oito de julho de 1966, e tratam do mesmo assunto abordado pelo CENIMAR, nos documentos acima. Trecho¹¹ do documento esclarece:

Este serviço tomou conhecimento da seguinte informação: O Diretor do Instituto de Educação Canadá e o Presidente do Grêmio Estudantil VICENTE DE CARVALHO, ambos da cidade de Santos, endereçaram ao Capitão dos Portos de SÃO PAULO, os ofícios cujas cópias seguem em anexo, focalizando a distribuição, em larga escala, entre os estudantes, de

⁹ Trecho do documento 50-D-07-186, arquivado em 16 de junho de 1966.

¹⁰ Documento 50-D-07-185, arquivado em 16 de junho de 1966.

¹¹ Os trechos estão transcritos da mesma forma que aparecem nos documentos originais.

publicações de propaganda socialista soviética, procedente de PRAGA, TCHECOSLOVÁQUIA”.¹²

Tal como os documentos produzidos pelo CENIMAR, os produzidos pelo Ministério da Aeronáutica também foram enviados ao DEOPS/SP. Esses cinco documentos tratam de propaganda comunista enviada ao Colégio Canadá, procedente de Praga, capital da então Tchecoslováquia. Ainda que tenham sido produzidos por meio de ofícios enviados pelo diretor e pelo presidente do grêmio do Colégio Canadá, percebe-se a preocupação dos órgãos repressivos com a disseminação da propaganda comunista entre os estudantes do maior colégio, em número de alunos, da cidade de Santos.

Em 1966, ano da produção dos documentos, o presidente militar Castello Branco torna indireta as eleições para governadores, gerando protestos no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, e explodem duas bombas no Recife. Em outubro, Costa e Silva é eleito presidente pelo Congresso, logo após sofrer um atentado a bomba no aeroporto dos Guararapes. De volta à América Latina, *Che Guevara* está nas montanhas bolivianas. Chico Buarque de Hollanda ganha o Festival de Música da TV Record com “A Banda”; é também o ano em que surgem as minissaias e quando começa a “Revolução Cultural” na China. Há 66 denúncias de torturas e dois mortos, sendo que um deles estava preso (GASPARI, 2002).

O documento 50-Z-81-12857, que se trata do Relatório Reservado nº 236, de 22 de setembro de 1967, afirma que:

¹² Trecho do documento 50-D-26-392, arquivado em 21 de julho de 1966.

Os alunos do Colégio Estadual e Escola Normal 'Canadá' vão editar uma revista, chamada 'O Canadá', que terá o tamanho das publicações comuns, servirá para os alunos do Instituto de Educação Canadá levantarem fundos, com vistas ao término da construção do ginásio de esportes do estabelecimento".¹³

Segundo o documento, a ideia da revista partiu da direção da escola, e a publicação trataria de cultura, artes e esportes, com a colaboração de alunos e a coordenação de professores.

Os documentos 50-Z-81-13485 (Relatório Reservado nº 324) e 50-Z-81-13133 (produzido pela Delegacia Auxiliar da 7ª Divisão Policial), com datas de 16 e 30 de novembro de 1967, relatam nomes e cargos da diretoria do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, eleita em outubro de 1967.¹⁴

Dos 27 documentos encontrados, oito deles referem-se às eleições no Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho e no Centro Cívico José Bonifácio de Andrada e Silva, e foram produzidos entre 1967 e 1973. A quantidade de documentos produzidos pelo DEOPS/SP relativos às eleições estudantis no Colégio Canadá chama a atenção, pois é o maior conjunto encontrado no universo dos documentos pesquisados. Esse dado mostra, a nosso ver, a preocupação dos agentes da polícia política com o movimento estudantil e seus líderes, que transitavam nas diretorias eleitas do órgão estudantil do colégio.

Em março de 1967, o presidente Costa e Silva toma posse, e em maio é criado o Centro de Informações do Exército (CIE). Nesse ano é lançado o Movimento Tropicalista. *Che* Guevara é assassinado na Bolívia;

¹³ Trecho do documento 50-Z-81-12857, arquivado em 27 de setembro de 1967.

¹⁴ O documento 50-Z-81-13133 foi arquivado em 09 de agosto de 1968, e o documento 50-Z-81-13485 em 29 de agosto de 1968.

manifestações em Detroit, nos Estados Unidos, deixam 43 mortos e 1300 prédios destruídos. No Brasil, as denúncias de tortura somam 50, mais uma pessoa desaparecida e duas mortas em quartéis. Glauber Rocha lança o filme “Terra em Transe”, e Plínio Marcos estreia duas peças: “Dois perdidos numa noite suja” e “Navalha na carne” (GASPARI, 2002).

Datado de 13 de abril de 1968, o documento 50-Z-81-13254 (Relatório Reservado nº 135) traz informações sobre missa de sétimo dia em memória do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto no Rio de Janeiro em 28 de março daquele ano, em um confronto com a polícia:

Transcorreu na mais absoluta calma a semana próxima passada, havendo a programação de uma missa de sétimo dia em memória do estudante EDSON LUIZ, missa que era para ser realizada na Catedral de Santos, depois transferida para a Capela do Colégio São José e finalmente realizada no dia 6 último na Capela da Faculdade de Filosofia, pelo diretor da escola, Monsenhor Manoel Pestana”.¹⁵

O estudante assassinado foi enterrado em 29 de março no Rio de Janeiro. Era uma sexta-feira, em que quase 50 mil pessoas acompanharam o corpo de Edson Luís ao cemitério São João Batista. A morte do estudante desencadeou uma crise no país e levou o povo à indignação: foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil, e a missa de sétimo dia de Edson Luís no Rio de Janeiro transformou a área em frente à Igreja da Candelária em uma praça de guerra. Três meses depois, em junho, as manifestações de protestos culminaram com a lendária “Passeata dos 100 Mil”, realizada na cidade do Rio de Janeiro (VENTURA, 1988).

¹⁵ Trecho do documento 50-Z-81-13254, arquivado em 13 de agosto de 1968.

O documento 50-Z-81-13372, que se trata do Relatório Reservado nº 301, produzido em 16 de agosto de 1968, traz informações sobre uma peça de teatro:

Não foi encenada ontem, a peça denominada 'O Santo Inquerito', que deveria ser levada a efeito no Canaã Clube, sito à Av. Conselheiro Nébias, 254, sob a direção de Antônio Carlos Morozetti e dos atores, Cidinha Lamundo, Fernando Marinho, Mario Miranda, Tabajara Campos, Tico Simões, Edward Senne, todos pertencentes ao Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, do Colégio Canadá.¹⁶

A participação cultural dos estudantes do Colégio Canadá também era alvo das investigações do DEOPS/SP. Três documentos fazem referência a atividades culturais na escola, onde o teatro aparece como atividade mais destacada.

A preocupação dos agentes do DEOPS/SP com o movimento teatral em Santos tinha a sua razão de ser: 1968 foi o ano da estreia da peça "Roda-Viva", de Chico Buarque de Hollanda, com direção de José Celso Martinez Corrêa. Na peça, o diretor tentava estabelecer uma experiência de choque com o espectador, onde a divisão e a crise faziam parte da realização de seu projeto. Seus trabalhos, entre eles "Roda-Viva", eram cercados de debates e escândalos, e o sentido anárquico impresso em suas atuações despertou a reação da direita: no mês de julho daquele ano, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) invadiu o teatro paulista onde se apresentava a peça para destruir os cenários e espancar os atores (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

¹⁶ Trecho do documento 50-Z-81-13372, arquivado em 26 de agosto de 1968.

A peça “O Santo Inquérito”, de autoria de Dias Gomes, seria encenada em Santos por um grupo formado só por alunos do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho. No entanto, segundo o documento, a peça não recebeu a aprovação do Departamento Federal de Segurança Pública, e não foi encenada pelo grupo. Como podemos perceber, na sua observação cotidiana os agentes do DEOPS/SP dedicavam-se a relatar também os eventos que eram censurados e não aconteciam, sem esquecer de fornecer todos os detalhes sobre o evento cancelado, como o nome de todos os envolvidos.

Produzido em dois de outubro de 1968, o documento 50-Z-81-14169 (Relatório Reservado nº 371) traz informações sobre nota de protesto lançada pelo Centro dos Estudantes de Santos (CES):

O Centro dos Estudantes de Santos lançou ontem publicamente uma nota de protesto, após ser procurado por estudantes secundários, contra professores e diretores de estabelecimentos de ensino, que segundo aqueles alunos, vêm reprimindo trabalhos estudantis.¹⁷

Datado de 11 de outubro de 1968, o documento 50-Z-81-14131 (Relatório Reservado nº 391), descreve a proibição de conferências promovidas pelo Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho:

O diretor do Instituto de Educação Canadá, Sr. Edésio Del Santoro, proibiu que o Grêmio Estudantil “Vicente de Carvalho” promova conferências no recinto da escola. Por outro lado, dirigentes do Centro dos Estudantes de Santos, quando pregavam cartazes no recinto do Ginásio Estadual Primo Ferreira, foram expulsos por dirigentes do estabelecimento de ensino.¹⁸

¹⁷ Trecho do documento 50-Z-81-14169, arquivado em 10 de outubro de 1968.

¹⁸ Trecho do documento 50-Z-81-14131, arquivado em 17 de outubro de 1968.

O documento transcreve, ainda, um manifesto produzido pelo Centro dos Estudantes de Santos contra a proibição das atividades promovidas pelos grêmios estudantis, com o mesmo teor da nota de protesto relatada no documento 50-Z-81-14169.

Como notamos anteriormente, em maio de 1968 a revolução cultural protagonizada pelos jovens de várias partes do mundo atingiu o seu ápice. E, no Brasil, seria esse ano que reservaria os momentos de maior intensidade da onda de protestos que se avolumara após o golpe de 1964. Entre os estudantes do Colégio Canadá não seria diferente, e os documentos produzidos pelo DEOPS/SP durante esse ano emblemático revelam clara preocupação com as manifestações contrárias ao regime de exceção em que o país se encontrava, o qual produzia efeitos no ambiente escolar e em toda a sociedade.

Com data de 17 de outubro de 1968, o documento 50-Z-81-14124 (Relatório Reservado nº 406) relata que “Brevemente, deverão ser realizadas as eleições para o ‘Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho’, do Instituto de Educação Canadá de Santos”.¹⁹

O documento 50-Z-81-14080 (Relatório Reservado nº 421), datado de 23 de outubro de 1968, informa sobre sindicância sumária para apuração de atividades subversivas no Colégio Canadá, por alunos da diretoria do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho:

Estiveram ontem nesta delegacia, prestando declarações na Sindicância Sumária que apura possíveis atividades

¹⁹ Trecho do documento 50-Z-81-14124, arquivado em 24 de outubro de 1968.

subversivas no Instituto Educacional Canadá de Santos os seguintes estudantes: [...], presidente, vice-presidente e tesoureira do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, órgão que congrega os estudantes do referido colégio.²⁰

Produzido em 31 de outubro de 1968, o documento 50-Z-81-14065 (Relatório Reservado nº 429) traz informações sobre eleições no Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho: “O novo presidente deverá ser empossado no próximo dia 13 de novembro, oportunidade em que fará um relato do seu plano de ação frente ao Grêmio Estudantil”.²¹

O documento 50-Z-81-14047 é um Termo de Declarações, preenchido na Delegacia de Ordem Política e Social e datado de 12 de novembro de 1968. Relata o depoimento de um aluno do Colégio Canadá, sobre passeata do Centro dos Estudantes de Santos contra o governador Abreu Sodré:

Que, o declarante é estudante da segunda série ginásial do Instituto Educacional Canadá, na Rua Mato Grosso; que, há questão de uns quatro meses o declarante ficou conhecendo seu colega José Paulo Mattos, com o qual foi conduzido hoje até esta Delegacia de Polícia.²²

Desde 1966, quando os estudantes foram à rua para pedir mais verbas para a Educação e o fim do acordo MEC-USAID, até 1968, quando se tornaram habituais os choques com a polícia, as passeatas pareciam incorporadas à paisagem urbana daquela época (VENTURA, 1988).

²⁰ Trecho do documento 50-Z-81-14080, arquivado em 28 de outubro de 1968.

²¹ Trecho do documento 50-Z-81-14065, arquivado em 12 de novembro de 1968.

²² Trecho do documento 50-Z-81-14047, arquivado em 20 de novembro de 1968.

Mas 1968 não foi apenas o ano das passeatas estudantis e do florescimento de uma nova geração de artistas brasileiros, como Chico Buarque, Roberto Carlos, Caetano Veloso, Pelé e Glauber Rocha. Em outubro, a UNE programava a realização de mais um congresso clandestino, desta vez em Ibiúna, no interior de São Paulo. Reunidos numa fazenda, os delegados estudantis elegiam uma nova diretoria e deliberavam sobre os rumos do movimento, quando tropas da Polícia Militar cercaram a área e prenderam 920 estudantes, inclusive as lideranças da entidade. Sob pressão, o regime militar partia para a ofensiva (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

Em dezembro de 1968, em meio a uma crise político-institucional e utilizando como pretexto um discurso pronunciado pelo deputado Márcio Moreira Alves (“Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”, perguntou o deputado em seu discurso, após receber notícias de torturas), o governo Costa e Silva fechava o Congresso Nacional e editava o Ato Institucional Nº 5, outorgando poderes ilimitados ao Poder Executivo (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982). A imprensa é censurada e centenas de pessoas são presas. O ano termina com 85 denúncias de torturas; morreram 12 manifestantes nas ruas, e o terrorismo matou seis militares e dois civis (GASPARI, 2002).

Em dez anos de vigência, o AI-5 puniu 1607 pessoas, dos quais 321 cassados: seis senadores, 110 deputados federais e 161 estaduais, 22 prefeitos, 22 vereadores, que juntos somavam mais de seis milhões de votos anulados. Além da cassação, todos os senadores e 100 deputados federais tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas,

mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovela foram censurados. Só Plínio Marcos teve 18 peças censuradas (VENTURA, 1988).

O documento 50-Z-81-14786 (Relatório Reservado nº 375), de 28 de outubro de 1969, informa sobre eleições no Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, “que congrega os alunos do Colégio Estadual Canadá, tem eleição marcada para o dia 4 próximo futuro, sendo que estão inscritas duas chapas, com candidato a presidente e vice-presidente”.²³

Com data de 17 de novembro de 1969, o documento 50-Z-81-14089 (Relatório Reservado nº 394) informa que “tomou posse dia 14 p.p. a Diretoria do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, dos alunos do Instituto de Educação Canadá”.²⁴

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral e uma junta militar assume o governo do país. Em outubro, é homologada uma nova Constituição, e o Congresso Nacional, reaberto, elege presidente o general Emílio Garrastazu Médici. Pelé faz seu milésimo gol e o compositor Chico Buarque embarca para a Itália. O ano termina com um crescimento de 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e inflação de 20,1%: é o início do “Milagre Brasileiro”. O final do ano de 1969 foi marcado pela morte do líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o ex-deputado federal Carlos Marighella, em São Paulo. As denúncias de torturas somam 1027 casos: é também o início dos “Anos de Chumbo” (GASPARI, 2002b, 2003).

²³ Trecho do documento 50-Z-81-14786, arquivado em 03 de novembro de 1969.

²⁴ Trecho do documento 50-Z-81-14809, arquivado em 21 de novembro de 1969.

O documento 30-Z-160-6256, que se trata de um resumo das declarações prestadas por Antonio de Brito Lopes à Equipe de Interrogatório Preliminar B-1, do II Exército, em 12 de abril de 1970, afirma que:

[...] o declarante foi de olhos fechados; que nessa reunião houve apôio à direção do PCB, por haver expulsado de suas fileiras CARLOS MARIGHELLA, ANTONIO RODRIGUES E FLÁVIA de tal (professora do Colégio Canadá); que o declarante é estivador e atualmente está afastado do serviço por doença; que em razão dessa doença, afastou-se do PCB.²⁵

A trajetória do movimento estudantil no final dos anos 1960 passava por um intenso processo de revisão, com a formação de novos grupos e organizações clandestinas, em sua maioria originados de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O fracasso da “revolução” de 1964, em relação à classe média e aos setores intelectual e estudantil, abriu espaço para a emergência de grupos de extrema-esquerda, que baseavam sua identidade na negação do “reformismo” e do “revisionismo” teórico-prático atribuído ao PCB (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

São desse período a criação da ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Marighella, ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista; do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário); do MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), resultado de uma dissidência estudantil do PCB; da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), da qual fazia parte o Capitão Carlos Lamarca, e da Ala Vermelha, fruto de uma dissidência com o PC do B (Partido Comunista do Brasil), de linha maoísta (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

²⁵ Trecho do documento 30-Z-160-6256, sem data de arquivamento.

Produzido em 27 de maio de 1970, o documento 50-Z-81-15098-“A” (Relatório Reservado nº 127) informa que: “Será apresentado no anfi-teatro do Colégio Canadá, no dia 31 do corrente, a peça teatral ‘UM LOBO NA CARTOLA’, de autoria do teatrólogo OSCAR ROCHA VON PFHUL”.²⁶

Datado de 07 de junho de 1970, o documento 50-Z-9-14225 se trata de declaração de próprio punho de Eva Tereza Skazufka Bergel, produzida em interrogatório efetuado pelo II Exército:

Em 1966 entrei para a Faculdade de Medicina da USP, e somente aí tive um contato mais direto com um partido político. Anteriormente, em Santos, tendo feito ginásial e colegial em colégio do governo (Instituto de Educação “Canadá”) tive a oportunidade de conhecer alguns elementos que vão ser citados posteriormente, neste documento.²⁷

A participação de alunos e professores em atividade política partidária é relatada em dois documentos. O reproduzido acima é uma declaração manuscrita de uma ex-aluna do Colégio Canadá, obtida em interrogatório. Esses depoimentos eram produzidos em duas cópias, uma de próprio punho e outra – de mesmo teor – datilografada, assinados pelos presos políticos e, na maior parte das vezes, extraídos mediante tortura (AQUINO, 2002b). É perceptível, pois, a preocupação dos órgãos de vigilância e repressão em traçar uma “biografia” dos acusados, de modo a identificar inclusive os locais em que o interrogado estudou e iniciou sua participação no movimento estudantil.

O documento 50-Z-81-15176 (Relatório Reservado 150/70), datado de 30 de junho de 1970, informa sobre um encontro regional de professores:

²⁶ Trecho do documento 50-Z-81-15098-“A”, sem data de arquivamento.

²⁷ Trecho do documento 50-Z-09-14225, sem data de arquivamento.

“Segundo noticiário dos jornais locais, realizou-se ontem no anfiteatro do Colégio ‘Canadá’, nesta cidade, o 1º Encontro Regional de Professores, fato ocorrido por volta das 8,30 horas”.²⁸

Com data de 30 de novembro de 1970, o documento 50-Z-81-15551 (Informação 320/70) relata que “Foram realizadas no dia 27 p. passado, as eleições estudantis, no Instituto de Educação Canadá, para escolha da nova diretoria do GRÊMIO ESTUDANTIL VICENTE DE CARVALHO”.²⁹

Em junho de 1970, há no país 500 presos políticos: 56% são estudantes cuja idade média é de 23 anos. Em dezembro, são 1027 denúncias de torturas, e os mortos somam 30 (GASPARI, 2002b).

Produzido em 30 de março de 1973, o documento 50-Z-81-17099 (Informação nº 630-B/73) relata: “Foi eleita no dia 24 p. p. a nova diretoria do Centro Cívico José Bonifácio de Andrada e Silva, do Instituto de Educação Canadá”.³⁰

O documento 50-Z-81-17524 (Informação nº 1388-B/73), datado de 08 de novembro de 1973, relata a “diretoria eleita da Associação de Pais e Mestres do Instituto Estadual de Educação Canadá”.³¹

Em junho de 1973, o presidente Medici chama o general Ernesto Geisel ao seu gabinete e diz que ele será seu sucessor. O ano termina com um crescimento do PIB de 14%, índice inédito no país (GASPARI, 2002b).

²⁸ Trecho do documento 50-Z-81-15176, sem data de arquivamento.

²⁹ Trecho do documento 50-Z-81-15551, sem data de arquivamento.

³⁰ Trecho do documento 50-Z-81-17099, arquivado em 03 de abril de 1973.

³¹ Trecho do documento 50-Z-81-17524, arquivado em 04 de janeiro de 1974.

Datado de 23 de maio de 1977, o documento 50-Z-81-18988 (Informação nº 221/77) relata “manifestação estudantil na ESCOLA de ESTADUAL de 1º e 2º GRAUS CANADÁ/SANTOS, tendo sido distribuído manifesto dos estudantes, que ora encaminhamos em anexo”.³²

O documento 50-Z-81-18983, o último encontrado na série “Dossiês” sobre o Colégio Canadá, é exatamente o anexo citado acima, uma cópia do manifesto distribuído pelos estudantes do colégio.

Em março de 1977, na cidade de São Paulo, ocorre a primeira passeata estudantil desde 1968. Em junho, dois mil policiais ocupam a Universidade de Brasília. O presidente Ernesto Geisel chama o general João Batista Figueiredo e comunica que ele será o novo presidente da República (GASPARI, 2004).

A “distensão” do período Geisel transforma-se no “processo de abertura” do governo Figueiredo. Sob forte pressão, o regime concede a anistia em agosto de 1979, permitindo o retorno de exilados e banidos, revoga o Ato Institucional Nº 5 e extingue o bipartidarismo (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

³² Trecho do documento 50-Z-81-18988, arquivado em 04 de janeiro de 1978.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo central deste trabalho foi analisar a produção documental do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo em relação ao Colégio Canadá. Mais especificamente, analisar os 27 documentos encontrados no acervo DEOPS/SP em busca dos olhares que o órgão de repressão havia construído sobre o colégio, entre os anos de 1964 a 1979.

Embora o número de documentos seja relativamente pequeno, acreditamos que eles representam um período importante da história do Brasil, de considerável valor como fonte de pesquisa para esse trabalho. Assim, concordamos com Ginzburg, quando afirma que “mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode ser aproveitada” (1987, p. 22).

Ao consultarmos a documentação que restou, considerando a possibilidade de que parte dela foi destruída propositalmente, podemos inferir uma análise, mesmo que parcial, das formas de representação dos fatos segundo a lógica e a ética de uma polícia que tinha como objetivo reprimir e ordenar o pensamento político no país, tornando-o único e incontestável (CARNEIRO, 1999).

Por meio dos documentos, que tratam de assuntos variados como relatórios sobre eleições no Grêmio e peças encenadas no anfiteatro da escola, além de sindicâncias sobre atividades supostamente subversivas realizadas por alunos, pudemos desvelar a existência de um projeto de sociedade formado pelo regime militar, baseado principalmente em uma visão autoritária e

constituída por um discurso único, do qual não poderia haver crítica nem oposição.

Nessa composição de sociedade, que buscava a formação de indivíduos passivos ao regime, o comunismo serviu como aglutinador de forças em relação à ideia de um inimigo comum, que precisava ser combatido a todo custo. Para tanto, foi organizado um forte aparato informativo/repressivo, materializado no conteúdo dos documentos, em uma prática tão organizada quanto repressiva. A documentação analisada demonstra, ainda, que a vigilância era cotidiana e constante no colégio, inclusive em relação às atividades docentes, pelo menos até o início do chamado período de “distensão” do regime militar, que ocorre a partir de 1974 sob o governo do presidente Geisel.

O movimento estudantil, principalmente no final dos anos 60, é preocupação constante dos agentes produtores dos documentos analisados. Sobre a atividade dos jovens e estudantes naquele momento, opina Heloísa Buarque de Hollanda:

Até então a expressão “jovem” exprimia apenas uma faixa etária, situacional e transitória; naquele momento, entretanto, o jovem passa a falar com voz própria, formular suas demandas específicas e, nessa condição de jovem, interpelar os poderes e as instituições dominantes; era um segmento que curiosamente não se definia por classe social, nem por sua posição nos processos produtivos, nem mesmo por uma clara definição ideológica, mas inegavelmente tornou-se, naquela hora, um dos motores mais efetivos da História, pelo menos até o declínio das rebeliões dos anos 60, por volta da crise do petróleo em 1973 (2007, p. 138).

Não é de se estranhar, portanto, a preocupação dos agentes do DEOPS/SP com esse segmento da sociedade, que são os jovens e estudantes, e que tiveram importância fundamental na oposição ao regime durante os 21 anos da ditadura militar.

Sobre a participação política dos estudantes na época do regime militar, opina Frei Betto, em artigo escrito em 1966 na Revista Paz e Terra:

Esses jovens estudantes têm consciência do futuro dever de reconstruir e liderar uma nova sociedade brasileira. Querem participar desde já da vida pública, pois não concebem uma preparação intelectual e profissional desligada do contexto social e político onde vivem. Libertando-se da concepção pragmática de que a atividade profissional é um meio de se enriquecer, a juventude busca no estudo uma visão crítica da realidade, uma maneira de fazer evoluir e ampliar esse contexto que asfixia hoje as possibilidades de realização humana do nosso povo. De forma que os jovens vão se formando em grupos e equipes cuja principal preocupação é fazer seus companheiros emergirem do conformismo, de uma consciência ingênua diante dos fatos para uma consciência crítica. Mais tarde haveremos de reconhecer o esforço dessa geração... (CHRISTO, 1966, p. 75-76).

Uma informação importante que se pode obter nos documentos é a participação dos alunos nas eleições do grêmio e do centro cívico do colégio: em eleição realizada em 1968 foram computados 2.800 votos, distribuídos entre as chapas concorrentes. Em 1970, a eleição contou 820 votos para a primeira colocada, a “Chapa Renovadora”, e 541 votos para a segunda, a “Chapa União e Progresso”. Em 1973, na eleição da diretoria do Centro Cívico Escolar José Bonifácio de Andrada e Silva, o total de alunos que participou do pleito foi de cerca de 200. Percebe-se a diminuição do interesse dos alunos pela participação estudantil, principalmente depois da extinção dos grêmios

estudantis e a instituição dos centros cívicos escolares, através do Decreto Presidencial nº 68.065/71. Nos centros cívicos a diretoria era eleita pelos alunos, mas com a assistência de um orientador e com as chapas concorrentes submetidas à aprovação prévia do diretor da escola.

A partir da edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, que outorgava poderes ilimitados ao Poder Executivo e com os limites impostos aos parlamentares, a repressão política e a censura prévia evidenciavam a predominância da função coercitiva do Estado, que potencializava toda uma rede de mecanismos de sujeição acionados em lugares estratégicos da sociedade, da fábrica ao aparelho escolar. Promovia-se, então, a criminalização da atividade política, e colocava-se sob suspeita não apenas as atividades político-sindicais das classes populares, mas a própria classe média intelectualizada, principalmente o setor estudantil e as áreas a ele vinculadas, como professores, pesquisadores e intelectuais (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982).

A impossibilidade prática de uma atuação legal e aberta, após a edição do AI-5, impeliu os estudantes para os movimentos armados de guerrilha urbana. Foi um período curto, que começou no início dos anos 1970 e durou apenas três ou quatro anos, porém muito intenso e que teve como resultado o total desbaratamento das guerrilhas, com violenta repressão por parte do Estado, em que perderam a vida dezenas de estudantes envolvidos com a luta armada (MENDES JR., 1982).

A documentação produzida pelo DEOPS/SP em relação ao Colégio Canadá reproduz alguns dos acontecimentos mais importantes enfrentados

pelos estudantes e pela sociedade durante as duas décadas de ditadura militar. A paranoia anticomunista está presente em documentos produzidos em 1966 pelo CENIMAR e pelo Ministério da Aeronáutica, que tratam de propaganda comunista enviada ao Colégio Canadá, procedente de Praga, capital da então Tchecoslováquia. Ao longo dos quase 60 anos de existência do DEOPS e de suas várias filiais estaduais, o mito da conspiração comunista internacional foi o que mais esteve em evidência, cristalizando-se ao nível do imaginário popular (CARNEIRO, 1999).

Trecho do documento 50-D-26-392, produzido pelo Ministério da Aeronáutica em 1966, exemplifica bem a preocupação das autoridades com a propaganda comunista junto ao movimento estudantil:

Na verdade o fato citado não está ocorrendo apenas em Santos, nem tão pouco, a referida propaganda procede apenas de PRAGA: o fato ocorre em todo o BRASIL. [...] Tudo isto [...] somado às atividades da RÁDIO CENTRAL DE MOSCOU, da RÁDIO DE PRAGA, da RÁDIO HAVANA, da RÁDIO PEQUIM, mostra muito sucintamente a extensa, hábil e eficiente campanha de propaganda que o mundo comunista está desenvolvendo no BRASIL, em particular sobre a nossa já bastante motivada área estudantil.

A preocupação com a “bastante motivada área estudantil” se mostra nos documentos que tratam das eleições estudantis no grêmio estudantil e no centro cívico do Colégio Canadá, assim como no Relatório Reservado nº 135, que traz informações sobre missa de sétimo dia em memória do estudante Edison Luís, realizada em Santos no dia seis de abril de 1968. Como a missa realizada no Rio de Janeiro, em quatro de abril, havia transformado a área em frente à Igreja da Candelária em uma praça de guerra, certamente as

autoridades esperavam manifestações semelhantes em Santos, o que acabou não se confirmando.

A intensa movimentação estudantil e cultural no país, característica do fim dos anos 60, bem como o acirramento da repressão aos artistas e a censura às suas obras aparece em documentos que fazem referência a atividades culturais na escola, principalmente as ligadas ao teatro. Há registro de pelo menos uma peça que foi proibida de ser encenada por um grupo formado por alunos do Colégio Canadá. Atividades políticas promovidas pelo Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, como um ciclo de conferências realizadas por políticos da cidade de Santos também foram proibidas, desta vez pela direção da escola.

O período após o AI-5, no qual o movimento estudantil foi barbaramente perseguido, está representado no documento em que uma ex-aluna do Colégio Canadá é submetida a interrogatório nas dependências do II Exército, em São Paulo. Esses depoimentos eram produzidos em duas cópias, uma de próprio punho e outra – de mesmo teor – datilografada, assinados pelos presos políticos e, na maioria das vezes, extraídos mediante tortura (AQUINO, 2002b).

Um dos principais objetivos da polícia política era o de anular a multiplicidade de pensamentos, buscando silenciar aqueles que discordavam da ideologia que se pretendia dominante e que representavam uma ameaça à estabilidade das elites.

Após a instauração da ditadura militar em 1964, um complexo sistema de informações foi organizado para combater a subversão:

Inquiridores, investigadores, informantes “oficiais” e “espontâneos” passaram a produzir uma verdadeira trama de informações que, classificadas por sugestivas palavras-chaves, legitimavam a repressão. Agentes invisíveis, numa verdadeira cumplicidade com o regime, emergiram por todos os poros da sociedade que vivia em constante estado de alerta. Associações identificadas com as ideologias conservadoras (como a TFP – Tradição, Família e Propriedade, grupo ligado à ala ultraconservadora da Igreja Católica, o Comando Geral Democrático e o Comando de Caça aos Comunistas) passaram a cooperar com o regime somando forças contra o inimigo maior: o comunismo (CARNEIRO, 1999, p. 04).

Em relação aos documentos produzidos, deve-se chamar a atenção para um ponto: o fato de um documento ser reservado não o transforma em uma fonte totalmente fidedigna, assim como a clandestinidade dos movimentos estudantis após o ano de 1968 não significa, a princípio, uma ação maquiavélica e manipuladora por parte dos estudantes. Porém, a polícia exagerava o poder de seus investigados no sentido de cultivar as suas próprias crenças, e obviamente o pesquisador não deve repetir a mesma ilusão. Embora fundamental, a fonte construída pela polícia é apenas mais uma fonte, e o pesquisador é, enfim, mais um consumidor do produto policial. É preciso ter em mente que o acervo DEOPS/SP não guarda um conjunto de verdades puras, mas oferece uma grande oportunidade para o estudo e investigação da experiência educacional na formação do Estado brasileiro pós-64.

Trata-se, ainda, de um acervo raramente avaliado em decorrência de sua confidencialidade, e o pesquisador não pode deixar de considerar que tais registros são resultado de um aparato estatal moderno composto por instituições judiciais, políticas, legais e penais que se articulavam entre si,

utilizando a polícia para obter informações sobre a não elite (CARNEIRO, 1999).

Esse estudo pretende, então, ser mais uma contribuição para a ampliação do conhecimento sobre o Estado Autoritário implantado no Brasil após 1964, bem como sobre a atuação de um dos aparelhos de repressão que lhe davam sustentação, o DEOPS/SP, um dos principais elementos desse aparato, em relação aos movimentos estudantis na época estudada, tendo como ponto de partida os documentos produzidos sobre o Colégio Canadá.

Finalmente, lembramos o pensamento de Walter Benjamin, que tomamos como norteador para esse trabalho: “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (1987, p.223). E, ainda, que “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos” (idem, ibidem).

FONTES

Arquivo Público do Estado de São Paulo – Acervo DEOPS/SP

Documentos:

50-D-07-185/186
50-D-26-390/391/392
50-Z-81-12857
50-Z-81-13485
50-Z-81-13133
50-Z-81-13254
50-Z-81-13372
50-Z-81-14169
50-Z-81-14131
50-Z-81-14124
50-Z-81-14080
50-Z-81-14065
50-Z-81-14047
50-Z-81-14786
50-Z-81-14809
30-Z-160-6256
50-Z-81-15098 -“A”
50-Z-09-14225
50-Z-81-15176
50-Z-81-15551
50-Z-81-17099
50-Z-81-17534
50-Z-81-18988
50-Z-81-18983

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Carlos Mauri; SILVA, Ricardo Marques da. **Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64. DEOPS/SP: Família 50. In: AQUINO, Maria Aparecida de et alii. **A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-64. DEOPS/SP: Família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 13-17.

AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, Maria Aparecida de et alii. **O DEOPS/SP em busca do crime político. Família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 17-43.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

ARAÚJO, Lucimar Almeida et alii. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.). **No Coração das Trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 23-35.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELLOTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo) / Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. p. 222-232.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo (Comunicação). II CONGRESO INTERNACIONAL HISTORIA A DEBATE. Santiago de Compostella, Espanha, 1999.

Disponível em:

http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf

Acesso em: 18 de jun. de 2011.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. Os jovens são culpados? **Revista Paz e Terra**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 71-82, 1966.

CORREA, Evani M. B. A. **Memórias da Escola Canadá: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos, 2007.

FAZENDA, Ivani C. A. **Educação no Brasil – Anos 60. O pacto do silêncio**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

FRANCO, Maria Amélia S.; GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani C. A. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 70-90.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985 – um estudo sobre a política educacional**. 1990. 444 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e Cotidiano. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho (orgs.). **1964: O Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. p. 137-148.

HOLLANDA, Heloísa Buarque; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MEIRELLES, André Luís. **Colégio Canadá: memória dos professores na voz dos alunos (1934-1962)**. 2009.154 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos.

MEMÓRIAS REVELADAS. Acesso direto à documentação do acervo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memrev/memrev_pesquisa.php

Acesso em: 30 de jun. de 2010.

MENDES JR., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa Histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal et alli (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A pesquisa em educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **Contrapontos – Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**. Itajaí: Ano 1, nº 1, p. 11-22, jan./jun. 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa. Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968**. São Paulo: Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **A “Moscuzinha Brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Angélica Arcanja. **Memórias dos 66 anos da Escola Estadual Canadá**. 2000. 167 f. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos.

ANEXO I – CÓPIAS DE DOCUMENTOS

402

S.S. Santos.

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO MAIOR DA ARMADA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA
SECRETO

DATA 11 / 5 / 1966

~~RELATÓRIO~~ / INFORMAÇÃO / ~~EXCURSO~~

AVALIAÇÃO: **XXX**

Referência: Informe nº 551 de 2/5/66 de CENIMAR.

Anexos: A) Cópia termefax de Ofício nº PA-02 de 26/4/66 de Diretor do Instituto de Educação "CANADÁ" de Santos;
B) Cópia termefax de Ofício S/Nº de 15/4/66 do Presidente do Grêmio Estudantil "VICENTE DE CARVALHO".

- Complementando o informe da referência são anexados duas (2) cópias de ofícios enviados ao Sr. Capitão dos Portos do Estado de São Paulo (em Santos) que atestam a infiltração da propaganda comunista nos órgãos de ensino Santistas. -X-

--oO--

DISSEMINAÇÃO:-

M-20.....	1
SNI/ARJ.....	1
D2-GEN.....	1
2ª SEQ. EMEEx.....	1
DOPS-SP.....	1
CENIMAR.....	1

500 7 186

PROTÓCOLO
Nº 648 LIVRO 11 FLS 62
23.5.66
São Paulo

SECRETO

Documento 50-D-07-186. Data de arquivamento: 16/06/1966.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
 QUARTA ZONA AÉREA
 QUARTEL GERAL
 S E C R E T O

1- S.O. 6-204
 2- am

QUARTA ZONA AÉREA
 SEÇÃO
 QUARTEL GERAL

1. ASSUNTO: Propaganda Comunista.
 2. ORIGEM: SNI/ARJ - EMAER
 3. CLASSIFICAÇÃO: A-1
 4. DIFUSÃO: II EX - DEBAER ST - FPSP - DOPS

INFORMAÇÃO Nº 159/66-4
 (08 Jul 66)

Este Serviço tomou conhecimento da seguinte Informação:

- O Diretor do Instituto de Educação CANAD^o e o Presidente do Grêmio Estudantil VICENTE DE CARVALHO^o ambos da cidade de SANTOS, endereçaram ao Capitão dos Portos de SÃO PAULO, os ofícios cujas cópias seguem em anexo, focalizando a distribuição, em larga escala, entre os estudantes, de publicações de propaganda socialista soviética, procedente de PRAGA, TCHECOSLOVÁQUIA.
- A Subchefia de Informações do EMA, em Informação de 11 de maio de 1966, dirigida a esta Agência acrescenta que as referidas entidades estudantis agrupam a maior concentração estudantil da cidade de SANTOS, abrangendo os níveis primário, ginásial, colegial e normal.
- Na verdade o fato citado não está ocorrendo apenas em SANTOS, nem tão pouco, a referida propaganda procede apenas de PRAGA: o fato ocorre em todo o BRASIL. Assim é que a Embaixada da URSS, em nosso país, está difundindo largamente a revista URSS e r^gões da imprensa, a escolas, a bibliotecas, etc. A "UNIÃO SINDICAL", com sede em BUCAREST, RUMÂNIA, está remetendo a revista de mesmo tipo, intitulada "LOS SINDICATOS EN LA REPÚBLICA SOCIALISTA DE RUMANIA", fazendo-o através do DCT. A União Internacional dos Estudantes, também, através do DCT, difunde a sua revista "MUNDO ESTUDANTIL" e "BOLETIN DE INFORMACIÓN".
- Tudo isto (de que os exemplos acima dão apenas p^áida id^éia), somado às atividades da RÁDIO CENTRAL DE MOSCOU, da RÁDIO DE PRAGA, da RÁDIO HAVANA, da RÁDIO PEQUIM, mostra muito sucintamente a extensa, hábil e eficiente campanha de propaganda que o mundo comunista está desenvolvendo no BRASIL, em particular sobre a nossa já bastante motivada área estudantil.

|||||
 |||||

SECRETO

21 7 66
 50D 26 392

Documento 50-D-26-392. Data de arquivamento: 21/07/1966.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

RELATÓRIO RESERVADO Nº 236

375 B. A. 26.9.67

Santos, 22 de Setembro de 1967.

Os alunos do Colégio Estadual e Escola Normal "Canadá" vão editar uma revista, chamada "O Canadá", que terá o tamanho das publicações comuns, servirá para os alunos do Instituto de Educação Canadá levantarem fundos, com vistas ao término da construção do ginásio de esportes do estabelecimento.

A revista sairá em outubro, devendo o primeiro número ser vendido ao preço de NCR\$ 0,50, aos alunos do estabelecimento. Os jovens organizadores da publicação informaram - que se torna imperiosa a venda do número de estréia, visto não contar ainda "O Canadá" com matéria paga suficiente para cobrir os gastos. "Os próximos números - adiantaram - serão distribuídos graciosamente entre os estudantes, pois pretendemos solicitar a colaboração do comércio santista para nosso empreendimento".

O QUE QUEREM:

Pretendem os alunos do Canadá fazer uma revista que fuja completamente ao padrão das publicações colegiais.

"Será uma revista piloto - esclareceram - e -- com ela pretendemos chegar, brevemente, a publicar uma que transcendea os limites da escola e se torne a revista da cidade".

Enquanto isso, o primeiro número de "O Canadá" terá tiragem de 7.000 exemplares, com cêrca de 40 fôlhas, nas quais se tratará de assuntos de cultura, arte e esportes. Circulará mensalmente, e a distribuição inicial será feita no Colégio Canadá, - mas, depois, estender-se-á a outros estabelecimentos até atingir tôda a cidade.

IDÉIA:

A idéia do lançamento da revista cabe ao diretor do Canadá, professor Edésio Del Santoro que há muito se vem batendo pela construção (agora, o término) do ginásio de esportes.

A organização e coordenação cabem à um grupo de -- professores, entre os quais se destaca o de cultura religiosa, tenente Francisco Hugo Vieira de Freitas. Logo de saída a revista contará com a colaboração gratuita de vários nomes da imprensa santista

continúa:

Documento 50-Z-081-12857. Data de arquivamento: 27/09/1967.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Santos, 16 de novembro de 1.967

RELATÓRIO RESERVADO Nº 324

Fazdani 67
 De 6/11/67
 21/11/67
 Cesar

O GRÊMIO ESTUDANTIL VICENTE DE CARVALHO, que congrega os alunos do Colégio Estadual "Canadá", tem nova diretoria que está assim constituída: DANIEL GOMES RODRIGUES (presidente) EDGARD GUERRA CAJADO (vice-presidente), LAIS BERTOLINE DE CASTRO (secretaria geral), ANTONIO CARLOS MOROZETTI (1º secretário) GUACYR ANTONIO BARBOSA CAMPOS (tesoureiro), AGUINALDO ALVES JUSTO (2º tesoureiro), MARCO ANTONIO (DIRETOR CULTURAL), MARISE / SANTOS, LUIZ MANNACE, JOSÉ CARLOS CATALAN (diretores), JOAO NOSE NIVIO (diretor de esportes), JOAO PAULO MORADEI (diretor social), JOSÉ OSWALDO CAMARA (subdiretor), JOAO CESAR (diretor de imprensa), ANTONIO AUGUSTO SCHIMIT (diretor de divulgação) EURINSO PEREIRA BRAGA e ALVAREZ PEREZ (vice-diretores), CESSO PERONE (diretor de patrimônio), HUGO LUIZ DE MOURA EEA (coordenação geral) e ALEUDA MARIA (relações públicas).

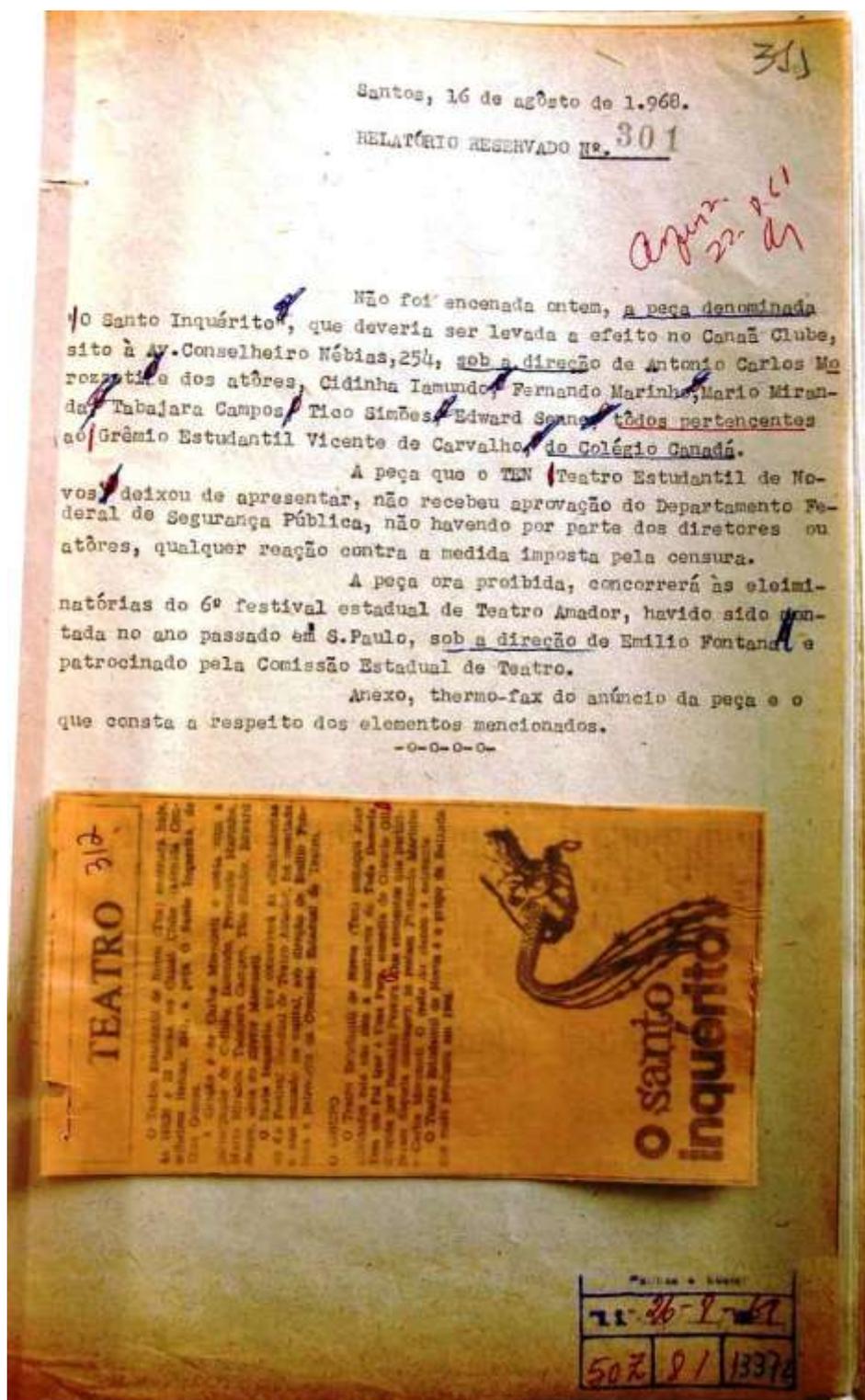
A nova diretoria já está em atividades, visto que tomou posse dia treze (13) próximo passado.

0-0-0-0-0-000-0

Departamento de...		
24.8-67		
507	81	13485

Documento 50-Z-081-13485. Data de arquivamento: 24/08/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Documento 50-Z-081-13372. Data de arquivamento: 26/08/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Santos, 11 de outubro de 1.968. 934
 RELATÓRIO RESERVADO Nº. 91 94

O diretor do Instituto de Educação Canadá, Sr. Edécio del Santoro, proibiu que o Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, promova conferências no recinto da escola. Por outro lado, dirigentes do Centro dos Estudantes de Santos, quando pregavam cartazes no recinto do Ginásio Estadual Primo Ferreira, foram expulsos por dirigentes do estabelecimento de ensino.

Os fatos, posteriormente analisados pelo Centro dos Estudantes de Santos, redundou no lançamento através da imprensa local, do seguinte manifesto:-

"Santos é testemunha de que seus estudantes são pacatos e ordeiros. Acompanhando as manifestações de protestos de nossos colegas de todo o Brasil, uma única vez saímos às ruas em passeata denunciando as injustiças, as violências e a opressão que pesam sobre o povo. Foi uma manifestação não-violenta!"

"Inexplicavelmente, porém, uma série de medidas arbitrárias vêm sendo tomadas contra a classe estudantil da Baixada, pelos próprios diretores e professores dos estabelecimentos de ensino".

"A proibição aos secundaristas de participarem dos atos comemorativos da Semana da Pátria, a delação infundada de um estudante menor de idade, pelo diretor do Colégio Canadá, ao DOPS; e mais recentemente a proibição de conferências promovidas pelos Grêmios Estudantis e o cerceamento das atividades de nossos diretores nas escolas, isso só pode ser entendido como provocação."

"Não aceitaremos provocações e, caso tenham caráter de intimidação, reafirmamos nossa disposição de continuar sempre na luta pelos interesses da classe estudantil da Baixada e por suas justas e legítimas reivindicações."

O ciclo de conferências organizadas pelo Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho, previa a presença do Deputado Federal Gastone Righi, do Professor Sérgio Sêrvulo da Cunha, do Deputado Estadual Esmeraldo Tarquinio, do Bispo Diocesano D. David Picão, do Prefeite Municipal e como encerramento, o Deputado Federal Mário Covas Jr.

- O - O - O - O - O - O - O - O - O -

DEPARTAMENTO DE ORDEM		
POLÍCIA SOCIAL		
11/10/68		
507	81	14131

Documento 50-Z-081-14131. Data de arquivamento: 17/10/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

291
Santos, 23 de outubro de 1.968.

RELATÓRIO RESERVADO Nº 421

Estiveram ontem nesta Delegacia, prestando declarações na Sindicância Sumária que apura possíveis atividades subversivas no Instituto Educacional Canadá de Santos, os seguintes estudantes: DANIEL GOMES RODRIGUES, EDGARDO GERRA CAJADO e LAIR BERTOLINI DE CASTRO, respectivamente, presidente, vice-presidente e tesseira do Gremio Estudantil Vicente de Carvalho, órgão que congrega os estudantes do referido Colégio.

O Inquérito Policial, ora em andamento, foi instaurado devido representação formulada pelo Sr. Edesio del Santoro, professor e diretor do órgão de ensino, a qual participa a autoridade dos pichamentos havidos no estabelecimento com inscrições contrárias ao atual regime. Segundo aquêle diretor, várias vezes arremessaram pedras contra os vidros das salas de aulas e por fim, o documento cita que o aluno do 1º ano clássico José Carlos Moreira Catalano foi surpreendido quando procedia a pichamento de paredes e portas do estabelecimento.

Na sua representação, o diretor da Canadá acusa o Gremio Estudantil de promover o Festival FRANK "de inspiração comunista" e também do derrame de carteiras frias a pessoas que não estudam no Colégio.

-0-0-0-0-0-0-0-0-

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E PENAL		
"S.S." 28	10	68
507	81	14080

Documento 50-Z-081-14080. Data de arquivamento: 28/10/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Santos, 31 de outubro de 1.968.

RELATÓRIO RESERVADO Nº. 129.

O novo presidente do Grêmio Estudantil Vicente de Carvalho de Colégio Canadá de Santos, é o estudante de 2º ano clássico, GLÁUDIO MAUÁ.

À vice-presidência do Grêmio, foi escolhido PIRANO MENON, que cursa o 1º ano científico noturno.

A votação atingiu a soma de 2.800 distribuída aos várias candidatas que também concorreram ao pleito, conforme exposto em RR. anterior.

O novo presidente deverá ser empossado no próximo dia 13 de novembro, oportunidade em que fará um relato de seu plano de ação frente ao Grêmio Estudantil.

-o-o-o-o-o-o-o-

M. A. J. 21/11/68 S. P. A.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL		
"S." 12	11	67
507	P1	14065

Documento 50-Z-081-14065. Data de arquivamento: 12/11/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Fls. 215
153

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA de Ordem Política e Social

TÉRMO DE DECLARAÇÕES

Aos doze (12) dias do mês de Novembro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Santos na Delegacia de Polícia de Santos onde se achava o Doutor Paulo Fernando Romão de Almeida, Delegado respectivo, com o escritório de seu cargo, ao final assinado, compareceu Milton Thomé filho de Carlos Thomé e de Virginia Ramos Thomé com atorze (14) anos de idade, de cor branca estado civil solteiro de nacionalidade brasileira natural de Santos - Estado de São Paulo de profissão estudante residente à Rua Armando Sales de Oliveira número oitenta, Boqueirão sabendo ler e escrever e declarou: que, o declarante é estudante da segunda série ginasial do Instituto Educacional Canadê, na rua Mato Grosso; que, há questão de uns quatro meses o declarante ficou conhecendo seu colega José Paulo Mattos, com o qual foi conduzido hoje até esta Delegacia de Polícia; que, por volta das treze e trinta horas de hoje, o declarante dirigiu-se ao Centro de Estudantes de Santos, em companhia de José; que, hoje a tarde o declarante achava-se no interior da Secretaria do Centro dos Estudantes, para onde entrou de sócio há três meses mais ou menos; que, como o Secretário não comparecesse, o declarante ficou auxiliando nos preparativos do festival da canção popular; que, não viu José Paulo Mattos com a faixa de propaganda com os dizeres "Fora com o Fanteche Sodré"; que, não viu nenhuma faixa no interior dos Estudantes; que, ignora a existência de estudantes esquerdistas no Centro dos Estudantes de Santos; que, a faixa apreendida e que neste ato lhe é exibida, pertence, digo era emprestada por José Paulo Mattos; que, no dia primeiro p.p., quando da passeata programada pelo Centro dos Estudantes, o declarante realmente se achava na cidade, por volta das dez e oito horas, tendo antes passado pela Biblioteca da Prefeitura; que, o declarante sabia da existência de uma concentração estudantil, programada para

20-11-68
50Z 91 / 14047

Documento 50-Z-081-14047. Data de arquivamento: 20/11/1968.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

281

RELATÓRIO RESERVADO Nº 375

Santos, 28 de outubro de 1.969

O Grêmio Estudantil "VICENTE DE CARVALHO", que congrega os alunos do Colégio Estadual "CANADÁ" tem eleição / marcada para o dia 4 próximo futuro, sendo que estão inscritas duas chapas, com candidato a presidente e vice-presidente, estando assim constituída:

Chapa nº 1-

presidente: HERMANN DIAS MENEZES, filho de José Eduardo Dias Menezes e dona Ivete Gonzales Dias Menezes.

vice-presidente: NELSON FERNANDES PIRES.

Chapa nº 2-

presidente: SONIA HELENA DE SOUSA BRASIL FABRI, filho de Hélio Fabri e dona Sonia Brasil Fabri.

vice-presidente: ROBERTO ANTONIO BONTEMPI, filho de Aurelio Domingos Bontempi e dona Magdalena D'Agosto Bontempi.

Observação: Nada consta com relação aos elementos supra mencionados.-

DEPA. TAV. TID. DE ORDEM	
POLÍTICA - SOCIAL	
3/11/69	
50Z81	14786

Documento 50-Z-081-14786. Data de arquivamento: 03/11/1969.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

39

Santos, 17 de novembro de 1969

RELATÓRIO RESERVADO No 394

Tomou posse dia 14 P.D., a diretoria do GREMIO ESTUDANTIL VICENTE DE CARVALHO, dos alunos do Instituto de Educação Canadá.

A nova diretoria está assim constituída:

Presidente..... : HERMANN DIAS MENEZES

Vice-Presidente..... : NELSON FERNANDES PIRES

Secretario Geral..... : WILSON MOTTA JUNIOR

1º Secretario..... : JORGE ANIS

Tesoureiro..... : LUIZ MASSAL NOBORIKAWA

Departamento Social..... : DALTON FERREIRA

Departamento de Esportes..... : DACIO BRANDÃO

Departamento de Divulgação... : OSWALDO ZEBISCO

Departamento Cultural..... : CARLOS EDUARDO MUNIZ

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL	
21/11/69	83
507 8 /	14809

Documento 50-Z-081-14809. Data de arquivamento: 21/11/1969.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

RESERVADO

8

Sumário das declarações prestadas por ANTONIO DE BRITO LOPES à Comissão de Interrogatório Preliminar "EI", no dia 12 de Abril de 1970, das 2100 às 2200 horas.

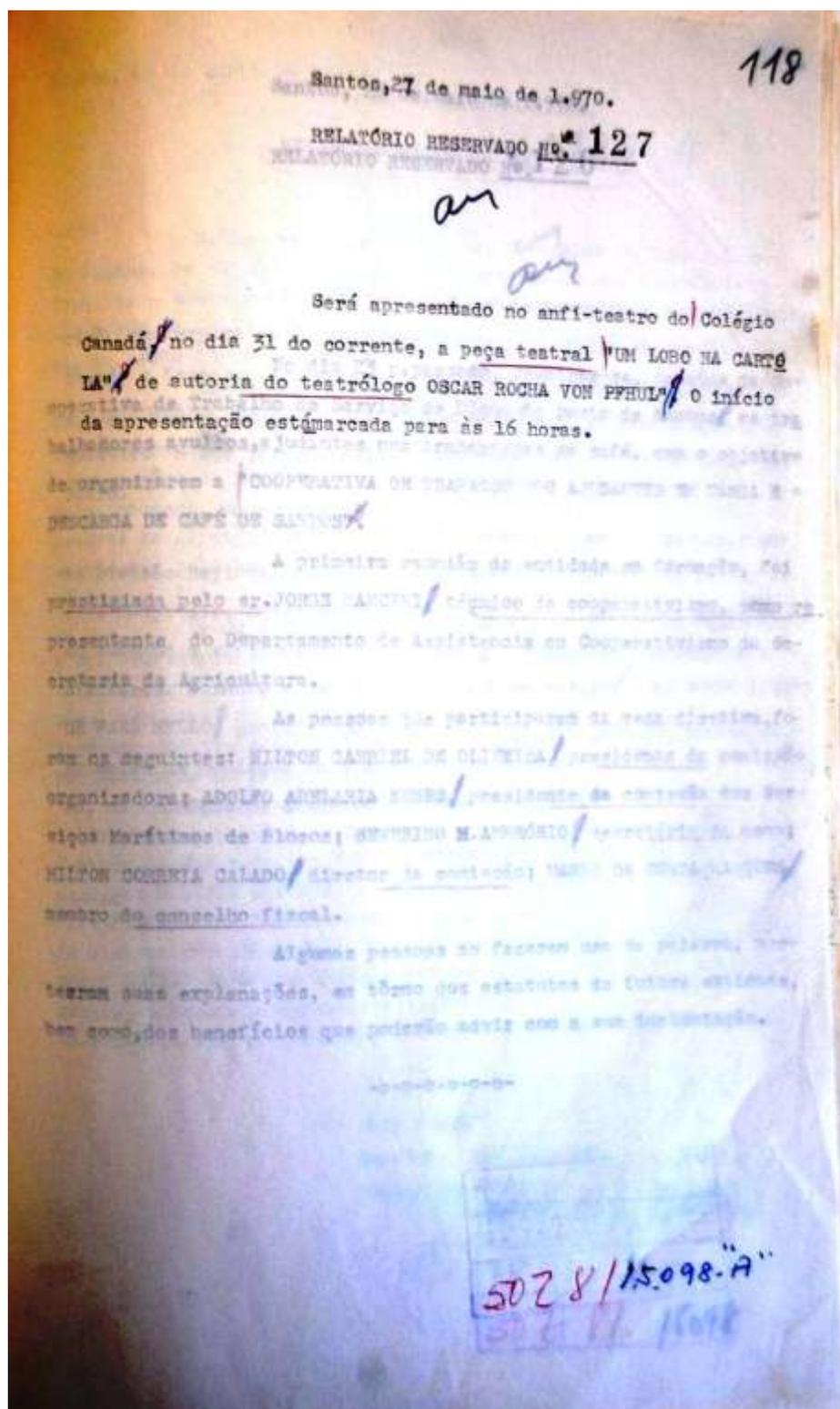
1. Filiação: Manoel de Brito Lopes e Maria da Conceição de Brito.
2. Residência: Rua Benjamin Constant, nº 246 - apto 41 - Santos.
3. Local de prisão: Sua residência.
4. Declarou o seguinte: que em julho de 1969, o declarante respondeu à Inquirição Policial Militar, por participação em reunião do PCB com quatro dentistas; que nessa reunião se discutiu o problema da associação dos dentistas e cada um ficou de dar a contribuição de R\$5,00 por mês ao partido; que o declarante permaneceu em contacto com os dentistas por dois meses, tendo posteriormente, passados esses contactos à BERNARDINO; que os dentistas são Dr. ORIGEMES, Dr. SOARES, Dr. ALCIDES e outro que não lembra o nome; que o declarante pertenceu ao partido em 1945, quando exercia funções de tesoureiro municipal; que durante 15 anos afastou-se e em 1967, foi convidado por BERNARDINO à voltar a participar do PCB, 3 meses antes da dissidência; que esteve presente à uma reunião em Ribeirão Pires, tendo ido no carro de MARIO SILVA, que o declarante foi de olhos fechados; que nessa reunião houve apóio à direção do PCB, por haver expulsado de suas fileiras CARLOS MARIQUILLA, ANTONIO RODRIGUES e FLAVIA de tal (professora do Colégio Canadá); que o declarante é estivador e atualmente está afastado do serviço por doença; que em razão dessa doença, afastou-se do PCB, mas continua a contribuir com R\$5,00 mensais; que o declarante é absolutamente contra os elementos que aderem à luta armada; que a contribuição o declarante dava nas mãos de BERNARDINO.



30-Z-160-6256

Documento 30-Z-160-6256. Sem data de arquivamento.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Documento 50-Z-081-1598-"A". Sem data de arquivamento.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

215 **RESERVADO** 1

Resumo das declarações prestadas por Eva Teresa Skazuffka Bergel ("Morli"), à equipe de in-
terrogatório preliminar A₂, dia 2/6/70, dias/
14,20 horas

1. Filiação: Anou Skazuffka e Frida Skazuffka.
2. Residência: Rua Oscar Freire, n.º 1754 - apt. 103.
3. Local da prisão: residência acima.
4. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO:

Em 1966 entrei para a Faculdade de Me-
dicina da U.S.P. e somente aí tive um
contato mais direto com um Partido político.
Anteriormente, em Santos, tendo feito curso gi-
nosial e colegial em colégio do governo
(Instituto de Educação "Cândido") tive opor-
tunidade de conhecer alguns elementos que nos
ser citados posteriormente, neste documento.

Na Faculdade, em todo início de ano, há
questionários do Centro Acadêmico a serem preen-
chidos pela colônia, convidando-a a trabalhar
sem no Centro. Eu preenchi um destes question-
ários, sendo-me interessada no Departamen-
to Cultural, mais especificamente na Biblio-
teca e, nesse trabalho, tive conhecimento
com um pessoal pertencente ao P.C.B., que
logo me convidaram a fazer parte do grupo.
Este, era formado por: eu, Moisés Gold-
baum, Salomão Goldman, Marina Rêa
(atual esposa do Moisés), Luiz Masami Taka-
oka, Rubens Hirszel Bergel, Olivaldo Brentani,

RESERVADO 50-Z-7 14225

Documento 50-Z-07-14225. Sem data de arquivamento.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

235

= RELATÓRIO RESERVADO Nº 160 /70 =

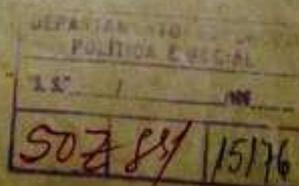
"Encontro regional de professores"

Segundo noticiário dos jornais locais, realizou-se ontem no anfiteatro do Colégio "Canadá", - nesta cidade, o Iº Encontro Regional de Professores, - fato ocorrido por volta das 8,30 horas.

A palestra de abertura daquele "Encontro", foi feita pelo professor Olindo Cavariani e pela Coordenadora do SERAP, Setor Regional de Assistência Pedagógica, d. Maria Luiza Fontes Cardoso. O primeiro é Delegado Regional do Ensino Secundário e Normal.

-.-.-

Santos, 30 de junho de 1970.



Documento 50-Z-081-15176. Sem data de arquivamento.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

165

Secretaria da Segurança Pública.
Agência CIOP-DOPS/DEREX.

Santos, 30 de novembro de 1.970.

Assunto: Eleições Estudantis.
Origem: A fonte.
Difusão: CACAAB/2, CIOP, DOPS/SP, CPESP, DEREX.

INFORMAÇÃO 320/70.

Foram realizadas no dia 27 p.passado, as eleições estudantis, no Instituto de Educação Canadá para escolha da nova diretoria de GRÊMIO ESTUDANTIL VICENTE DE CARVALHO.

A chapa RENOVADORA encabeçada por ARI ROBERTO RODRIGUES e REGINALDO FONSECA DA COSTA, respectivamente, presidente e vice, foi eleita com 820 votos.

A chapa UNIÃO E PROGRESSO encabeçada por CESAR AUGUSTO DE SOUZA e FERNANDO DE SOUZA, respectivamente, presidente e vice, foi derrotada com 540 votos.

O atual presidente da entidade, o estudante HEB MANN DIAS MENESES não apoiou nenhuma das chapas concorrentes.

A posse está marcada para às 21,00 horas de dia de amanhã.

- - - - -

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
"11" /	DE
10281	15551

Documento 50-Z-081-15551. Sem data de arquivamento.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

arg

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

0239

São Paulo, em 30/3/73

1. Assunto: CENTRO CIVICO JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA
2. Origem: DOPS/DEREX
3. Classificação:
4. Difusão: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES
5. Referência:
6. Difusão desde a origem:
7. Anexo:

CONFIDENCIAL

INFORM ação N.º 630-B / 73

Foi eleita no dia 24 p.p., a nova diretoria do Centro Cívico José Bonifácio de Andrade e Silva, do Instituto Estadual de Educação, Canadá.

Cerca de duzentos alunos participaram do pleito que conduziu à presidência da entidade o estudante ARNALDO GONÇALVES DA COSTA.

A posse da nova diretoria do Centro Cívico, ocorrerá no dia 31 do mês em curso, dia da Integração Nacional, oportunidade em que, os seguintes alunos ocuparão seus cargos:

ARNALDO GONÇALVES DA COSTA	- Presidente
EUDES SIZENANDO REIS	- Relações Públicas
ANA MARIA ALVARES	- Secretária
WALDIR VENTURA	- Orador
CRISTINA FLEIXOTO GUEDES	- Oradora
MARIA NAZARETH GOMES	- Oradora
JOÃO MUNIZ ARCOS	- Diretor Cívico
CESAR KAIRALLA DA SILVA	- Diretor Esportivo
BENTO FORTUNATO DOS SANTOS	- Diretor de Patrimônio

MEMBROS DO CONSELHO

JOSÉ JUVENAL PENTEADO PEDROSO	e	MARIA ALICE FERNANDES	(período A)
MANOEL DE LIMA GONÇALVES	e	MARILIA DE ALMEIDA GONÇALVES	" " B
FILOMENA MUNIZ	e	JOSÉ DOMINGOS SILVA FERREIRA	" " C
LUIZ ANTONIO GONZALEZ	e	RITA DE CASSIA	" " D

A orientadora oficial do Centro Cívico, designada pela direção do estabelecimento de ensino é a professora GILKA GONÇALVES.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - ARQUIVO

S.L. *30/3/73*

-0-0-0-0-0-0-0-0-

508 81 17099

S.P. - 1964 - 128, 129, 130, 131

Documento 50-Z-081-17099. Data de arquivamento: 03/04/1973.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

28
anf

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

São Paulo, em 8/11/73

1. Assunto: **DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CANADÁ (APM)**
2. Origem: **DOPS/DEREX**
3. Classificação:
4. Difusão: **A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES**
5. Referência:
6. Difusão desde a origem:
7. Anexo:

CONFIDENCIAL

INFORM ação N.º **1388-B/ 73**

Está assim formada a diretoria eleita da Associação de Pais e Mestres do Instituto Estadual de Educação Canadá:

PRESIDENTE - JOSE SOEHR DE OLIVEIRA
VICE - ELMIRIO FERREIRA
PROCURADOR - CARLOS MENDES CORREA
SECRETÁRIA - ALICE SANTOS CAVALCANTI

CONSELHO FISCAL
MARCELO ROQUEIRA - EDUARDO NAPHTUS - EDUARDO DANDAQUI

CONSORCIADO - NILO PRADA NET

-o-o-o-o-

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - ARQUIVO

S. I. *04/01/74*

502 | 8 | 17524

S.P. - Núm. 118, 228 A, 100, 100-71

Documento 50-Z-081-17524. Data de arquivamento: 04/01/1974.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
 SEÇÃO DE INFORMAÇÕES
 SI/DOPS/SANTOS

OP-20K

D. O. P. S.
DIRETORIA GERAL
 A Divisão de Informações
 Em 24 de *24* de 77
 SANTOS, 23 de maio de 1977
 DIRETOR GERAL

11/26/75

1. Assunto: ESCOLA ESTADUAL DE 1ª e 2ª Graus- CANADÁ- SANTOS.
 2. Origem: DOPS/SANTOS
 3. Classificação:
 4. Difusão: CIOP/DERIN - DOPS/SP - CIOP/SP - AD/2.
RESERVADO
RESERVADO
RESERVADO

5. Referência:
 6. Anexo: manifesto distribuído pelos estudantes - recortes de jornal -
 "A Tribuna", editado nos dias 20 e 21/05/1977.
 INFORMAÇÃO N.º 221/77

Delegacia de Ordem Político Social - SANTOS

Houve uma manifestação estudantil na ESCOLA ESTADUAL DE 1ª e 2ª GRAUS CANADÁ/SANTOS, tendo sido distribuído manifesto dos estudantes, que ora encaminhamos em anexo.

O jornal "A Tribuna", editado nos dias 20 e 21 de maio do corrente, que também encaminhamos em anexo, publica matéria pertinente ao fato, esmiuçando-o, esgotando os detalhes a serem informados.

Os fatos estão sendo apurados por dois supervisores pedagógicos da Delegacia de Ensino de Santos, seguindo determinação do Sr. Diretor da Divisão Regional de Ensino do Litoral- Professor João Batista Erbini.

Com fatos novos, pertinentes ao assunto, informaremos prontamente.

RESERVADO

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO "SIGILO" DESSE DOCUMENTO (Art. 62 - Dec. N.º 40.417/66 - Regulamento de Sigilo de Assuntos Seguros).

REGISTRO SOB N.º 350
 à fl. 27 do livro N.º 01
 em 24/01/78

EXEMPLAR DE ORDEN
 DE ARQUIVAMENTO - C. P. I.
 DT. 4 / 1 / 78
 502 81 18988

Documento 50-Z-081-18988. Data de arquivamento: 04/01/1978.

Fonte: DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**ANEXO II – RECOMENDAÇÕES PARA O ACESSO UNIVERSAL AOS
DOCUMENTOS – PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS**

Recomendações para o acesso universal aos documentos recolhidos às instituições parceiras no âmbito da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas

O acesso à informação produzida pelo Poder Público no Brasil, ostensiva ou sigilosa, obedece aos dispositivos contidos no capítulo V da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, na Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e nos Decretos n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002 e n. 5.301, de 9 de dezembro de 2004. Este panorama legal deverá ser alterado com a aprovação do Projeto de Lei 219-C, de 2003, denominado “Lei de Acesso à Informação”.

Em São Paulo e Paraná foram criadas normativas próprias para o acesso a informações contidas nos arquivos de polícia política, com base no artigo 21 da Lei n. 8.159, de 1991, que determina que “legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o **acesso aos documentos**, observado o disposto na Constituição Federal”.

O Estado de São Paulo, por meio da Resolução SC-38 de 27 de dezembro de 1994³³, da Secretaria de Cultura do Estado, órgão que então subordinava o arquivo público, determinou que se desse pleno acesso a quaisquer informações, inclusive sobre terceiros, a pessoas cadastradas, mediante termo de responsabilidade pelo uso da informação contida nesses acervos. Até hoje, essa prática não resultou em ação judicial, seja contra o governo paulista ou pesquisadores, por terceiros que se julgassem atingidos

³³ Fonte: Diário Oficial do Estado, Seção I, São Paulo, 104 (242), quinta-feira, 29 dez 1994, p.42.

em sua intimidade, vida privada, honra e imagem pela liberação de documentos nos quais estivessem referidos.

O Estado do Paraná adota política semelhante à de São Paulo, regulando a matéria no Decreto n. 4.348, de 29 de junho de 2001, que determina o acesso mediante assinatura de termo de responsabilidade, imputando ao pesquisador a responsabilidade por quaisquer danos morais e materiais causados pelo uso das informações obtidas nos documentos. Esta prática também nunca foi objeto de questionamento judicial.

No Seminário Arquivos da Ditadura e Democracia: a Questão do Acesso, realizado nos dias 11 a 13 de maio de 2010, no Arquivo Nacional, foi apresentado o estudo denominado “Procedimentos de acesso adotados pelas entidades custodiadoras: panorama nacional”, cujas conclusões apontam para um quadro de diversidade de procedimentos para o atendimento do usuário e para a necessidade de convergência de práticas que propiciem o mais amplo acesso à informação contida nos documentos dos arquivos de polícia política.

Assim, considerando que:

- é dever do Estado, oriundo da Constituição Federal de 1988, assegurar a todos o acesso à informação produzida pelo Poder Público, tanto de interesse particular como de interesse coletivo ou geral (incisos XIV e XXXIII, do art. 5º);
- é assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X, do art. 5º da CF, de 1988);

- é condição para o estado democrático de direito, para a memória pública e social e o interesse da sociedade o conhecimento pleno dos fatos e processos da história do Brasil;
- o papel histórico e regimental das instituições arquivísticas e entidades afins é a promoção do acesso ao acervo por elas custodiado;
- todos os documentos encaminhados às instituições arquivísticas no âmbito do projeto Memórias Reveladas e, portanto, desclassificados, devem ser objeto de livre acesso por parte de qualquer cidadão;
- não compete às instituições arquivísticas assumir, definir e interpretar o que possa por em risco a intimidade, a honra, a imagem e a vida privada das pessoas nas informações contidas nos documentos sob sua guarda, conforme orientação da ONU: “as formalidades de controle do acesso não devem ser usadas com propósitos de censura”.
- é um dos direitos fundamentais “procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras” (artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em dezembro de 1948);
- o relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU³⁴ aponta que “toda e qualquer pessoa tem o direito de conhecer a verdade sobre eventos passados e sobre as circunstâncias que levaram a uma violação sistemática e geral dos direitos humanos e ao cometimento de crimes odiosos” e que “o exercício efetivo e completo do direito à

³⁴ Fonte: “Questions of the impunity of perpetrators of human rights violation (civil and political)”, 1997.

verdade é essencial para evitar a ocorrência de violações semelhantes no futuro”;

- Segundo o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos é condição para o exercício da liberdade de pensamento e de expressão a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza e que o exercício deste direito não pode estar sujeito a censura prévias, mas as responsabilidades ulteriores que devem ser expressamente fixadas pela lei;
- a garantia do direito do acesso a informações públicas, como regra geral, é um mecanismo da consolidação dos regimes democráticos e indispensável ao exercício da cidadania.

Com a progressiva consolidação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, do Centro de Referência da Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, a Comissão de Altos Estudos, o Conselho Consultivo do Memórias Reveladas e os participantes do Seminário recomendam que:

1. Sejam adotadas medidas de convergência aos padrões de acesso seguidos pelos Estados de São Paulo e Paraná, as quais resguardam juridicamente os respectivos arquivos estaduais e os agentes que nele atuam, bem como garantem o acesso universal aos documentos custodiados;
2. Os integrantes da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas - Memórias Reveladas adotem um termo comum de responsabilidade pelo uso da informação por parte do usuário;

3. O Conselho Nacional de Arquivos – Conarq conceba uma proposta de ato normativo, com base nas experiências de São Paulo e Paraná, para que seja encaminhada aos governadores de estado e secretários de governo que subordinam as instituições arquivísticas em seu âmbito, visando à adoção de política de acesso universal e comum aos arquivos integrantes da Rede;
4. Se criem condições para promover a inventariação e descrição contínua e sistemática dos acervos custodiados pelas instituições arquivísticas e entidades afins de modo provê-las de instrumentos de pesquisa adequados à consulta dos documentos tornando o acesso mais transparente e com mais autonomia para os usuários;
5. Estas medidas sejam viabilizadas com brevidade, para que possam ser consolidadas ainda nas atuais gestões nos estados.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2010.